



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA Nº 4/2012

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO 2012

PRESIDENTE DA MESA

Ramiro Manuel Lopes de Matos

SECRETÁRIOS:

1º Secretário – Victor Manuel Dias Coelho

2º Secretário – Manuel Augusto Nabais

FALTARAM:

Maria Fernanda Penela dos Santos N. Vieira

José dos Santos Robalo

Carlos Alberto Nabais Antunes

Presidente da Junta de Freguesia de Barçaçal

Presidente da Junta de Freguesia de Forcalhos

JUSTIFICARAM A FALTA:

Presidente da Junta de Freguesia de Lomba (*representado pelo Secretário António Luis Paula da Cunha*)

Presidente da Junta de Freguesia de Soito (*representado pelo Tesoureiro Amélia Carvalho*)

HORA DE ABERTURA:

Vinte horas e quinze minutos.

LOCAL:

Museu Auditório Municipal



❖ Às vinte horas e quinze minutos dado haver quórum o **Presidente da Assembleia**, tendo cumprimentado os membros da Assembleia, o Executivo Municipal e o Pessoal de Apoio e o público presente, declarou *aberta a sessão*. -----

❖ Antes de passar aos assuntos do Antes da Ordem do Dia o **Presidente da Assembleia** deu posse ao novo membro da Assembleia, **Fernando Augusto Batista Lopes**, por renúncia de mandato de Isabel Saraiva. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29/06/2012

Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que a ata tinha sido enviada a todos os membros da assembleia, pelo que depois de feitas as alterações e/ou correções julgadas necessárias a poria à votação. Feitas as correções o **Presidente da Assembleia** pôs a ata a votação que foi aprovada, por maioria, com 5 abstenções, tendo o Presidente da Junta de Freguesia de Bismula feito a seguinte declaração de voto “*abstive-me na votação da ata porque não estive presente*”.-----

PONTO 2 - EXPEDIENTE

O **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para dizer, que tinha sido recebido um ofício da Assembleia Municipal de Penamacor, trazendo em anexo uma Moção, aprovada na Assembleia Municipal de Junho, e que pela sua importância gostaria de a inserir no ponto a seguir da Ordem de Trabalhos, como: “*Moção a aprovar por esta Assembleia Municipal.*” se não houvesse qualquer objecção por parte da assembleia. Disse ainda que tinha sido entregue uma cópia integral da Moção aos representantes dos partidos políticos. Não havendo qualquer objecção foi a mesma inserida no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

De seguida passou a palavra ao 1.º Secretário que deu conhecimento do seguinte expediente:

- Carta do **STAL – Sindicato dos Trabalhadores de Administração Local**, sobre a extinção de freguesias, nos termos da Lei nº 22/2012, de 30/05.
- Carta da **Roberto Cayuela Vaz Lavrador** a solicitar a suspensão de mandato a partir de 01/08/2012, em virtude de assumir provisoriamente o cargo de vereador, em substituição da vereadora Sandra Fortuna.-----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS

De seguida o **Presidente da Assembleia** deu início à discussão dos assuntos relativos a este ponto do *Antes da Ordem do Dia*, tendo começado pelas Moções apresentadas que se identificam:

1. Moção de Repúdio pelo fim da discriminação positiva nas antigas SCUT's;
2. Moção de Repúdio pela retirada do helicóptero de emergência médica do distrito.



3. Políticas para o Interior, um desígnio Nacional

De seguida procedeu à leitura da primeira Moção que se transcreve:

“MOÇÃO DE REPÚDIO PELO FIM DA DISCRIMINAÇÃO POSITIVA NAS ANTIGAS SCUT’S

O País ficou a saber esta semana, por intermédio do Secretário de Estado dos Transportes, Sérgio Monteiro – um «natural da Beira Alta», como gosta de exibir – que as isenções concedidas nas antigas SCUT vão terminar no final do mês.

No que toca às populações do Interior de Portugal, trata-se de mais um escarro que este Governo lhe atira à cara com um sadismo feroz. Dantes, a Direita esquecia-se simplesmente do Interior, por não ser rentável do ponto de vista dos mercados. Agora, a Direita descobriu que pode explorar o Interior, que o pode espezinhar, que o pode pontapear, que o pode humilhar, que lhe pode dizer que não merece escolas, serviços de saúde, tribunais, comboios, autoestradas, maternidades, investimento e desenvolvimento.

A Federação Distrital da JS Guarda sempre assumiu uma posição muito clara acerca desta questão, sempre acreditou que portajar autoestradas em regiões empobrecidas sem alternativas era condenável a uma morte lenta e dolorosa. Já durante o mandato do anterior Governo, a JS do distrito da Guarda fez ouvir a sua voz, tanto internamente – em comissões nacionais e outras reuniões do partido, como na rua, junto da sociedade civil - através de comunicados públicos e tendo decidido manifestar-se contra as portagens, junto da população, aquando da vinda do anterior Primeiro-Ministro à Guarda (05/03/2011), para visitar um hospital que neste momento pelos vistos, o Governo já não acha necessário.

Agora, cerca de um ano depois da introdução de portagens nas antigas SCUT, o Governo deixa cair a última réstia de dignidade que tinha na cara e destrói, escondido atrás de «uma norma europeia», uma medida de solidariedade vital para uma parte da economia do País. Uma interpretação dúbia, uma vez que nunca é demais lembrar que estas mesmas vias foram financiadas pela União Europeia com um fim de não serem portajadas.

Os jovens socialistas do distrito da Guarda vão continuar a dar a cara e o peito por esta causa. Vão continuar a defender a terra que na História defendeu o País e que lhes permitiu que hoje os senhores se sentem, em Lisboa, nas suas confortáveis cadeiras ministeriais.

Uma vez que estamos aqui hoje a realizar esta Assembleia Municipal, fica aqui o repto para que os Membros desta Assembleia, se debrucem sobre este assunto e possam convergir na defesa dos interesses do nosso distrito e assim, a uma só voz, se possa demover o Governo nesta intenção de prejudicar, uma vez mais, os mais desfavorecidos.

Como forma de demonstrar o nosso repúdio face a esta tão violenta medida, pretendemos que esta moção seja aprovada e seja dado conhecimento da posição da Assembleia Municipal ao Senhor



Ministro da Economia e do Emprego, ao Senhor Ministro dos Transportes e ao Senhor Primeiro Ministro. Sabugal, 28 de Setembro de 2012. O Membro da Assembleia Municipal do Sabugal e primeiro subscritor da moção. Ass. Paulo José Nabais da Cruz".-----

Concluída a leitura da Moção o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da Assembleia se queria inscrever para intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a **Manuel Rito** que disse: *"You votar contra essa moção, a não ser que retirem as referências feitas " à Direita ...", Concorro plenamente com a questão das portagens, para que, quem reside no interior possa continuar a beneficiar da isenção. Mas, pela forma como está redigida, não posso concordar porque não corresponde à verdade. Portanto, para votar por unanimidade, uma coisa que me parece de interesse para o concelho, convidava a uma reflexão o subscritor da Moção".*-----

Não tendo havido qualquer alteração ao texto da Moção, foi posta à votação tendo sido **aprovada**, por maioria, com 21 votos contra, 11 abstenções e 30 votos a favor, tendo sido feitas as seguintes *declarações de voto*. De:-----

Manuel Rito que disse: *"Os votos contra do Grupo Político do PSD relativamente a esta Moção são exclusivamente porque a Moção refere como sendo da exclusiva culpa da Direita as portagens das SCUT's do Interior, quando não corresponde à verdade. Isto, considerando que o PS é de esquerda".*----

João Manata que disse: *"Nós, votámos favoravelmente a Moção, como não poderia deixar de ser, embora isto pareça de facto o Virá. Quando o PS está no Governo, ora agora viras tu, ora agora viró eu... Isto quer dizer que se dão as voltas consoante a circunstância. Quanto a ser de direita... isto é de facto derivado das políticas de direita, mas também foram feitas pelo PS, não há dívida nenhuma".*----

Nuno Teixeira que disse: *"Eu, não vou entrar por aí, da direita ou da esquerda. Vou apenas e porque já aconteceu ter sido pedido para os votantes se identificarem segundo o voto que fizeram, (não vou pedir que isso aconteça, porque não concordei com o que aconteceu da outra vez), referir que todos os votos contra esta Moção, que julgo ser muito importante para o Interior e, nomeadamente para o nosso concelho, vieram da bancada do PSD".*-----

António Gata que disse: *"Sendo naturalmente contra a existência de portagens, o meu voto de abstenção foi, exclusivamente porque acho que facilmente se conseguia arranjar um texto com todas as sensibilidades que aqui há".*-----

De seguida o **Presidente da Assembleia** procedeu à leitura da 2ª Moção apresentada à Mesa e que se transcreve:

"MOÇÃO DE REPÚDIO – PELA RETIRADA DO HELICÓPTERO DE EMERGÊNCIA MÉDICA DO DISTRITO

"Nuno Alexandre Sanches Teixeira, vem por este meio dar conhecimento da Moção aprovada por unanimidade no último Congresso Distrital do PS/Guarda, realizado em 22 de Julho, solicitando-lhe



que esta Moção possa ser aprovada, nesta reunião de Assembleia Municipal, como forma de demonstrar ao Governo a nossa revolta e indignação contra esse tipo de decisões, porquanto foram imponderadas e não discutidas com os autarcas do distrito, relativamente a uma questão que a todos diz respeito e onde o que conta é o bem-estar da população e não as bandeiras partidárias.

Considerando que todos os dias se anunciam mais encerramentos e, conseqüentemente, se perdem mais serviços públicos e equipamentos que servem as populações do Interior, através de simples decisões técnicas tomadas num qualquer gabinete e sustentadas apenas em aspetos economicistas.

Considerando o recentemente noticiado, uma vez que o helicóptero e a equipa do Instituto Nacional de Emergência Médica, localizados em Aguiar da Beira desde 2011, serão simplesmente retirados sem quaisquer medidas de saúde alternativas e sem serem ouvidos, nomeadamente, os autarcas dos Concelhos afetados por tal decisão, revelando uma total insensibilidade deste executivo perante matérias tão sensíveis e humanas como é a questão de saúde para com os territórios deprimidos do Interior;

Considerando que a localização de meios do INEM no nosso Distrito, mais concretamente em Aguiar da Beira, foi uma decisão tomada na vigência do anterior Governo do partido Socialista, tendo por base critérios e estudos que garantiam a sua utilidade, necessidade e viabilidade;

Considerando que estes recursos de socorro pré-hospitalar serviram durante os últimos meses, não apenas o Concelho de Aguiar da Beira, mas também as situações de emergência de todos os Concelhos do Distrito da Guarda;

Considerando a potencial, sinistralidade das nossas vias rodoviárias, nomeadamente A23, A25 e IP2 que atravessam o nosso Distrito;

Considerando o investimento público realizado localmente, também pela autarquia de Aguiar da Beira, na regulamentação da Helpista e no apetrechamento das estruturas envolvidas, que orçou aproximadamente 400 mil Euros, na expectativa de que seria uma alocação duradoura;

Considerando que o socorro pré-hospitalar não deve ser visto como uma benesse, mas sim como a satisfação de uma necessidade vital, constituindo-se como um serviço essencial numa região que apresenta muitas deficiências nas acessibilidades de ligação à Sede do Distrito e a Viseu ou a Coimbra, onde se localizam os Hospitais centrais;

Considerando que a aposta na saúde, efetuada pela governação Socialista no Interior, que nos orgulha a todos não podemos deixar que, gratuitamente, alguém nos acorde à Segunda-Feira com notícias tristes como, "Encerramento de SAP's", "Encerramento da Maternidade da Guarda", "Suspensão das Obras do Novo Hospital Sousa Martins" e agora a "saida do Helicóptero" de Aguiar da Beira, com a simples justificação de que é preciso poupar;

Considerando que não podemos combater o despovoamento, a desertificação e o desinvestimento público e privado no Distrito quando são tomadas decisões que condenam o Interior ao ostracismo e consequentemente a um maior esvaziamento e à diminuição das condições e da qualidade de vida das populações desta região;

Prendemos, que os nossos Autarcas do Distrito demonstrem a sua indignação aprovando esta Moção de repúdio pelo desrespeito demonstrado para com o nosso Distrito (contrariando desta feita as declarações proferidas pelo Presidente do Município de Aguiar da Beira, onde acusa os Autarcas do Distrito de falta de solidariedade nesta matéria), devendo da mesma ser dado conhecimento ao Ministro da Saúde e ao Primeiro-Ministro, bem como aos Deputados eleitos pelo Circulo Eleitoral da Guarda, solicitando-se a estes últimos que obtenham junto da tutela a revogação de uma decisão demasiado penosa para a segurança, a saúde e a vida das pessoas desta Região ou, em contrapartida, a alocação de serviços de emergência médica e de cuidados de saúde alternativos a este território.

Sabugal, 28 de Setembro de 2012. O Membro da Assembleia Municipal do Sabugal e primeiro subscritor da Moção, Nuno Teixeira".

Concluída a leitura da Moção o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da Assembleia se queria inscrever para intervir.

Na sequência de inscrição foi dada a palavra a **Manuel Rito** que disse: “*Vou votar contra essa moção, exatamente pelo mesmo motivo. Concorde plenamente com o que a moção em concreto propõe, mas isto é uma moção para o congresso do PS. Se o PS entender retirar as referências partidárias, votarei a favor. A manterem-nas, o voto será outra vez contra*”

O subscritor da Moção **Nuno Teixeira** manteve-a na íntegra, contudo entendeu dar uma explicação. Assim, disse que: “*em relação a esta moção ela foi aprovada no Congresso Distrital do PS. Como tal eu não sou ninguém para alterar uma Moção aprovada no Congresso, por isso mantem-se.*”

Manuel Rito, retomando a palavra que disse: “*Tinha-se percebido que tinha sido aprovada no Congresso do PS e foi essa exatamente a questão. Na moção apela-se ao não partidarismo e à defesa no interesse das populações. O essencial da Moção é excelente. Acho que a Assembleia Municipal de Sabugal não é porta voz de nenhum partido. A Moção se fôr pelos interesses do Sabugal, sem referências partidárias, merece o nosso apoio. Assim não.*”

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs a Moção à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com 23 votos contra, 12 abstenções e 32 votos a favor.

Foram feitas as seguintes declarações de voto:

João Manata que disse: “*votámos favoravelmente porque quando estão em causa os interesses das populações nós estamos sempre a favor. Mas, de facto a moção faz referências com as quais não podemos estar de acordo.*”

António Gata que disse “votai a favor porque quando está em causa a saúde, as questões políticas e ideológicas devem ser postas de parte”.-----

Manuel Rito que disse: “ os membros da Assembleia Municipal do PSD votaram contra, apesar de concordarem com a moção, e solicitam que, se a moção for para enviar a alguma entidade, se faça referência a esta declaração de voto. -----

António Serra que disse: “Votei contra o texto e não contra a medida em si”.-----

Presidente da Junta de Santo Estevão que disse: “Não me afeta particularmente que a moção seja apresentada pelo Partido Comunista, Partido Socialista ou pelo Partido da Terra. Interessante é defender o que realmente apresenta. Neste caso tenho de votar a favor porque os interesses do Concelho, estão acima de tudo”.-----

Nuno Teixeira que disse: “ Em relação a esta moção, ela realmente refere o Partido Socialista, mas ela foi feita pelo Partido Socialista e, por isso, não poderia referir outro partido qualquer. Votei favoravelmente esta declaração, lembrando também que o Serviço Nacional de Saúde, foi criado por António Arraut – Ministro do PS”.-----

De seguida o Presidente da Assembleia fez a leitura da Moção n.º 3, lembrando que tinha sido aprovada por unanimidade em Penamacor:

“MOÇÃO - POLITICAS PARA O INTERIOR, UM DESIGNIO NACIONAL

É uma tendência nacional: Independentemente do critério utilizado, os concelhos do interior, junto à fronteira, são os mais envelhecidos de Portugal, os de mais baixa natalidade e, em consequência aqueles que perdem continua e sucessivamente população.

A estes indicadores somam-se todos aqueles que se relacionam com o rendimento, quer das famílias quer das empresas: é nestes concelhos do interior em que o PIB “per capita” é, em regra, mais reduzido e onde o Estado tem vindo, permanentemente, a encerrar, a deslocalizar ou a fundir serviços públicos.

Estas tendências, em círculo vicioso, não são recentes e são igualmente evidentes desde o meio do século passado, quando estas terras foram as primeiras a contribuir para a emigração (em especial para os países do centro da Europa) e para a migração (primeiro para Lisboa e depois para as cidades de média dimensão).

Portugal vive hoje um momento difícil da sua história. Um momento em que, urge transformar as dificuldades do país em designios que motivem os portugueses a utilizar de uma forma inteligente os seus melhores recursos.

Tal como há 8 séculos, quando estas terras recebiam florais (autênticas cartas de discriminação positiva do território e das gentes), o território, o ambiente e os recursos naturais continuam a ser um



dos melhores recursos do país. Há que saber utilizá-los em benefício de Portugal e dar às populações residentes (mas também aquelas que querem viver no interior) condições de vida (objetivas e subjetivas) semelhantes às do restante território.

É nesse sentido que a Assembleia Municipal de Sabugal entende reforçar a proposta da Assembleia Municipal de Penamacor, de propor ao Governo e à Assembleia da República um conjunto de primeiros debates que em alguns casos nem sequer implicam substanciais despesas diretas nos orçamentos públicos mas que podem ser positivos para um país em que acreditamos.

Estamos conscientes que no momento atual Portugal está sob assistência financeira e, por essa razão, este pequeno conjunto de propostas é apenas exemplificativo do que se pode fazer num momento de forte contenção orçamental. Mas podem ser, e seguramente que serão, um sinal de esperança para uma grande parte do território português.

Acreditamos em Portugal e no desenvolvimento harmonioso e justo de todas as regiões e por isso sabemos que estas medidas são apenas o primeiro passo do que efetivamente poderá fazer a diferença no futuro: uma verdadeira utilização da fiscalidade nacional em função do território.

As medidas que se seguem, e que serão enviadas a todas as Assembleias Municipais que integram as NUT III da Beira Interior Norte (Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Pinhel e Trancoso), Beira Interior Sul (Castelo Branco, Idanha a Nova, Penamacor e Vila Velha de Rodão), Cova da Beira (Belmonte, Covilhã e Fundão), CCDRs Centro, Norte e Alentejo, a suas Excelências o Presidente da República, a Presidente da Assembleia da República, o Primeiro – Ministro, a todos os Grupos Parlamentares e ainda ao Presidente da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu são apenas o início do que entendemos urgente para Portugal.

É nesse sentido que propomos que, com urgência, sejam, debatidos os seguintes temas:

1. Sobre a criação urgente de um fórum de avaliação de políticas públicas para o interior (esse fórum deverá ter uma composição abrangente da sociedade civil com particular destaque para as universidades) que promova trimestralmente publicação de indicadores económicos e sociais e a discussão das mesmas em instituições nacionais (Presidente da República, Governo e Assembleia da República) e da união Europeia (Comissão Europeia e Parlamento Europeu);
2. Sobre a criação de um mecanismo legal que permita às autarquias locais cujo PIB "per capita" seja inferior a 80% da média nacional ou que se encontrem junto à fronteira em Espanha, a opção pela prática das taxas de tributação mais favoráveis de todo o país;
3. Sobre a consignação a projetos de desenvolvimento local de uma parte das receitas dos recursos naturais e da produção de energia provenientes do interior do país;
4. Sobre o estabelecimento de um princípio nacional de estabelecimento geográfico dos serviços centrais dos serviços públicos em função da predominância da sua atividade;
5. Sobre a inscrição obrigatória, nos currículos, das escolas do interior de formação em empreendedorismo;



6. *Sobre a adoção, no setor da água, de mecanismos (que poderão passar por um fundo de equilíbrio nacional) que permitam a aproximação dos valores das tarifas praticadas no interior e no litoral, nas pequenas povoações e nas grandes cidades;*
 7. *Sobre a adoção do princípio da aproximação do preço do gaz de garrafa às tarifas do gaz natural (inaceessível a quase todos os residentes em territórios do interior);*
 8. *A decisão de, e sem prejuizo do principio de os serviços públicos organizarem os respetivos serviços, obrigatoriedade de discussão e de consulta pública e em Assembleia Municipal de quaisquer alterações aos serviços locais da administração central;*
 9. *Sobre a criação, no âmbito da administração pública, de um regime especial e mais flexível destinado à criação ou à transferência de emprego público para as zonas do interior;*
 10. *Sobre a criação de um regime de melhoria de incentivos aos apoios públicos para investimento ou criação de emprego nas zonas do interior;*
 11. *Sobre a atribuição de um regime de preferência de quotas para imigrantes que fixem residência no interior do país;*
 12. *Sobre a aprovação de um regime de emparelamento de propriedades rurais do interior do país;*
 13. *Sobre o acesso, a um contingente especial para residentes e estudantes do interior nas vagas de acesso ao ensino superior público;*
 14. *Sobre a alteração das regras de cálculo do VPT de imóveis habitados no interior, de modo a corresponderem ao valor real de mercado na região;*
 15. *Sobre a necessidade da manutenção da discriminação positiva nas SCUT's do Interior para os residentes, e nunca permitindo preços por Km superiores à média nacional;*
 16. *Sobre a criação de benefícios fiscais para as empresas que venham a criar no interior;*
 17. *Sobre a melhoria nos gastos considerados fiscalmente com os encargos relativos à criação de postos de trabalho para trabalhadores que deslocaizem o seu domicilio para o interior;*
 18. *Sobre a adoção de uma política de recuperação de territórios e prédios rústicos abandonados no interior do país;*
 19. *Sobre a necessidade de envolver toda a sociedade civil para esta questão recorrendo, se necessário aos mecanismos legais de participação nacionais e comunitários (como as petições e as iniciativas de cidadania).*
- Sabemos que todos os principais agentes políticos do nosso país estão de acordo sobre a urgência de medidas para o interior.*
- Este acordo não é de agora.*
- Falta o que sempre faltou. Falta agir. Falta capacidade de criar soluções que são urgentes.*
- Estas propostas são, em grande parte isentas de custos diretos. Mas mesmo quando se reconheça o seu custo excessivo propomos que sejam estabelecidas prioridades. Em nome de um país justo e equilibrado que queremos ter."*

Concluída a leitura o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se queria inscrever para intervir. Não tendo havido inscrições a Moção foi posta à votação, tendo sido **aprovada**, por unanimidade, com as seguintes declarações de voto: De:-----

João Manata que disse: “ *Mais uma vez volámos favoravelmente, embora haja aqui uma passagem com a qual não concordamos. É que, quando se fala na discriminação positiva nas ex Scut's, por uma questão de principio nós somos contra qualquer tipo de portagem nas ex Scut's. Somos a favor da abolição das portagens*”.-----

Presidente da Assembleia, retomando a palavra disse que, tendo acabado as moções que estavam na Mesa, continuar-se-ia com os Assuntos Diversos da Ordem de Trabalhos, abrindo-se, então, um período de inscrições para quem pretendesse intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:--

Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão que depois de cumprimentar os presentes disse: “*quando nesta assembleia ouvimos tanta gente a dizer mal e “bater no ceguinho”: o Sabugal está assim, as margens do rio estão assim, estão assado... tenho que dar os parabéns a esta Câmara, porque me dá bastante prazer ver que, finalmente, estão a ser embelezadas as margens do rio Côa. Já muitos presidentes passaram por esta terra e as margens do rio Côa estavam como estavam.*”

Queria também lembrar que a entrada do concelho pelo lado da Guarda, está cada vez mais bonita! E, claro, puxando a brasa à minha sardinha dizer que a entrada pelo lado do sul, não está assim tão bonita, para não dizer que está feia. Com isto queria dizer que a entrada no Sabugal não é só pelo lado da Guarda. É também pelo lado de Vilar Formoso e pelo lado de Castelo Branco. Com isto pretendia dizer: olhem um bocadinho para a entrada sul porque o Sabugal é só um, e só o dignificamos mais, se fizermos uma entrada digna pelo lado sul”.-----

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula que, tomando a palavra e depois de cumprimentar o presentes disse faria uma intervenção sobre **O PROTESTO CÍVICO DE 15 DE SETEMBRO**.

“*Em 1867 já o Eça de Queiroz escrevia: “Ordinariamente todos os ministros são inteligentes, escrevem bem, discursam com cortesia e pura dicção, vão a fastosas festas inaugurações e são excelentes convivas. Porém, são malos a resolver crises.*”

Não têm a autoridade, nem a concepção, nem o instinto politico, nem a experiência que faz o estatista. É assim que há muito tempo em Portugal são regidos os destinos politicos. Politica de accuso, politica de compadrio, politica de expediente.”

Pais governado ao acaso, governado por vaidades e por interesses, por especulação e corrupção, por privilegios e influencias de canalha, será possível conservar a sua independência?” .

Este texto foi escrito há mais de 150 anos e no entanto parece-me que estamos a falar nos tempos atuais. Porque será que ao fim de tantos anos continuamos na mesma, eu acho que deverá ser por termos a vontade de aprender com os próprios erros em vez de aprender com os erros do passado, assim, continuamos a escolher sempre os melhores para guiarem os nossos destinos com toda a sabedoria de ouvir palavras agradáveis e voltar ao sabor de palavras que foram com o vento.

Hoje, o estrondoso protesto cívico do dia 15 de Setembro foi transversal a todo o país, ocorrendo com mais ou menos população em todas as cidades do País, na Madeira e nos Açores. Não sendo motivo de alegria mas de tristeza e repulsa pela falta de palavra política dos políticos governantes, num momento em que o desemprego não para de subir, a insegurança e o medo dominam as pessoas que trouxeram para a praça pública um desdém contra os políticos governantes nunca antes visto em Portugal.

Foi uma manifestação de almas doidas e de protesto contra a política desenvolvida pelos nossos governantes e seus mentores, que rasga todos os direitos dos trabalhadores, reformados e pensionistas, oculta entendimentos que levam a acreditar estar o País entregue a adolescentes rapazolas sem escrúpulos e de seriedade e atuação duvidosas. Até a legitimidade democrática e eleitoral do Primeiro Ministro, Passos Coelho, ficou esbatida no momento em que na prática fez precisamente o inverso do que prometer.

Foi, também, uma demonstração singular do poder da liberdade e da democracia na retenção da esperança. Convocada através das redes sociais e das mensagens instantâneas, sem o patrocínio de partidos políticos ou sindicatos, trouxe para a rua gerações de cidadãos em todas as cidades do país, um traço distinto foi a participação de cidadãos que normalmente ficam em casa a observar os acontecimentos.

Jamais consegui acreditar que os sonhos que Abril trouxe nos fossem roubados e ficassem na posse dos mesmos de sempre, numa clara humilhação a quem trabalha ou já trabalhou, numa dolorosa forma de opressão, tão nefasta e desumana como os dias da ditadura, em que as pessoas, amordaçadas nos seus direitos sociais, neste país empobrecido, mentigavam uma sopa ou uma cêdeal Sabemos que "isto não vai lá com manifestações". Mas vai, acima de tudo quando a motivação e o objeto é tão claro como o apelar: "queremos de volta as nossas vidas", queremos ver repostos os princípios, o mesmo que é dizer que nós os portugueses, com quase um milénio de história, podemos resolver os nossos problemas internos e que a ajuda não é domínio, nem a aceitação do empréstimo é uma submissão. Eles recebem altos juros. Para eles é um negócio. E nós queremos pagar tudo, juros e próprio!

Vamos ver até que ponto os responsáveis da nação, Presidente da República e Governo, sabem interpretar este sentir popular. O Governo, ao deixar cair a TSU, deu um passo importante para a sua reconciliação com os portugueses. Entretanto, surgem encapotadas novas e austeras medidas de austeridade. A ver vamos, se os portugueses não ficam ainda pior?'.....

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que, por lapso, a Mesa não tinha proposto, como deveria, no início da sessão, um minuto de silêncio, em memória do pai do Presidente da Câmara, do que pediu desculpa. Tendo a proposta sido **aprovada**, por unanimidade, foi feito UM MINUTO DE SILÊNCIO.....

João Manata tomou a palavra para dizer que tinha duas ou três questões para colocar: A primeira sobre a opção gestonária disse: " *Sobre este assunto há já vária jurisprudência que tem vindo a derrota* *as posições que obrigam à reposição dos salários por parte dos trabalhadores. O Tribunal*



Administrativo de Castelo Branco já emitiu 11 pareceres favoráveis aos trabalhadores. No norte o Tribunal Administrativo de Braga obrigou à reposição dos salários e das promoções aos funcionários da Câmara de Melgaço. Por isso queria perguntar ao senhor Presidente o que a Câmara pensa fazer em relação a isto, porque de facto a IGAL, tem sido derrotada em toda a ordem, nesta questão ”.-----

A segunda leve a ver com o arranjo das portas e janelas da Câmara, que de facto se encontram bastante degradadas.-----

A terceira para dizer que tinha sido contactado por uma pessoa da Colónia Agrícola Martin Rei, e queria saber o que se passava com a água da Colónia uma vez que, apesar da conduta passar ao lado, havia falta de água.-----

Presidente da Junta de Freguesia de Sabugal que depois de cumprimentar os presentes disse que queria colocar três questões. A primeira para perguntar se o lodo que se encontrava no rio junto à praia fluvial era para retirar ou para ficar isto porque se sabia que o lodo entre a praia fluvial e a ponte açude abundava. -----

A segunda para dizer que “*consta que junto às obras que estão a começar junto ao rio, vai haver hortas comunitárias. Parece-me que na nossa zona ainda há muito terreno para cultivar e aquele sítio não é o mais indicado. Aproveito para lembrar que onde iriam ficar as hortas comunitárias, talvez a Câmara devesse pensar em arranjar uns desportos radicais para a juventude*”.-----

A terceira para dizer que os moradores da Rua Cidade da Guarda, o tinham alertado, mais uma vez, para o perigo que representava as viaturas andarem ali à velocidade que lhes apetecia. Não havia um sinal, nem do lado de quem vinha da Guarda, nem de quem vinha de Castelo Branco. Sabia-se que a lei obriga a andar a 50 km, nas localidades, mas não custava nada colocar ali sinais a lembrar essa obrigação. -----

Presidente da Junta de Aldeia de Santo António, que depois de cumprimentar os presentes disse pretender colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara. Assim perguntou:-----

- “*como estava a situação das bermas e das valetas, porque na freguesia de Aldeia de Santo António, só foi feito 35cm de corte na estrada que vai para Sortelha, e eu tenho impressão que só foi porque passava lá a Volta a Portugal, porque senão, nem 35 cm eram. As outras estão todas iguais, e gostava de saber se este ano é para ficar assim, ou não*”

- “*já passou a Volta a Portugal, a Rotunda do Encontro era mesmo para executar?*”

e disse que



- *“há uma árvore que se pariu do lado de cima da ponte e está no rio há para aí há três semanas. Andam ali retroescavadoras a fazer as obras. Veja se é possível retirá-la de lá.*

- *queria que o senhor presidente informasse todos, mas todos mesmo, os funcionários da Câmara, que quando andam com o carro impa rruas ou a deixar herbicidas, aquele lado de lá é Aldeia de Santo António, mas que não deixa de ser da Câmara. É frequente e repetitivo eu falar com moradores daquele lado e referenciar-me que os funcionários da Câmara, dizem que isso é Junta da Aldeia e que não têm nada que fazer o trabalho.*

Os funcionários da Câmara, são funcionários do concelho, não são funcionários da Junta do Sabugal. É só para ver se faz entender aos seus funcionários que é mesmo assim. Eles têm de trabalhar onde é preciso. Seja naquele lado, em Aldeia da Ponte, ou na Bendada. Portanto passem para o lado de lá, e dizer que aquilo é da Junta de Aldeia, é a mesma coisa que estar aqui no Sabugal e dizer outra coisa qualquer. Não são nem dois nem quatro funcionários que fazem esta referência a municípios do concelho. Faça passar uma mensagem, um email, qualquer coisa a informá-los que são funcionários do concelho inteiro e não apenas do Sabugal.

- *outra situação que me parece que está a ser resolvida apenas para tapar olhos é o corrimão que está a ser montado na Rua do Miradouro. O problema não é o corrimão. É a sustentação dos terrenos, porque foram cortadas as árvores e as terras não têm como se fixar. Aquilo vai cair, e quando cair, espero que não esteja lá nenhum inocente, porque vai haver feridos.*

- *agradeço ao senhor presidente da Junta de Santo Estevão, a referência que fez de que a entrada sul do Sabugal sempre tinha sido esquecida. Parece que quem chega ao Sabugal, chega sempre do lado da Guarda. Ou quem olha, olha sempre do lado da Guarda, de Vilar Formoso, principalmente do lado virado para o Soito. Não olhem só para a entrada sul, olhem para as freguesias do lado sul do concelho em que existe um desequilíbrio total, em termos de infraestruturas. Não se criem infraestruturas megalómanas nuns lados e coisas essenciais para vida do lado sul.... a verente sul do Sabugal também tem vida. Espero que mais tarde ou mais cedo caiamos na realidade.”*-----

Carlos Alberto que depois de cumprimentar os presentes disse: *“Tal como prometi da última vez, sou o primeiro a elogiar o trabalho que fez com Volta a Portugal em Bicicleta. Foi um excelente trabalho que não podemos deixar passar em claro e é desses trabalhos que nós precisamos cada vez mais.*

Passando a outras questões. É do domínio público, a situação delicada que tem vivido a E.M. Sabugal+, fruto de uma gestão errada, sobretudo durante o último ano.

É igualmente conhecida, a posição firme, esclarecida e responsável que os eleitos do partido socialista quer no executivo municipal quer nesta assembleia, vêm tratando este assunto, nunca

confundido o que é essencial, com a instrumentalização ao serviço dos interesses partidários dos sucessivos executivos maioritários do PSD, o que nos levou a dizer, de uma forma clara e inequívoca, que é chegado o momento de repensar a empresa, e desde já travar a forma de gestão profundamente censurável do atual Conselho de Administração, em nome do futuro do Concelho do Sabugal.

Alguns membros do PSD, com assento nesta assembleia, tentam confundir, dizendo que era nossa intenção fechar a E.M. Sabugal+ e, com isso, fechar as piscinas, o auditório, o museu, o pavilhão etc. Porque foram levantadas várias questões e porque me parece que se está a fazer alguma confusão, quero dizer que o grupo do partido socialista, não quer acabar com as piscinas, com o museu... não quer acabar com nada. Obviamente que nenhum equipamento é para fechar. Somos manifestamente contra o seu encerramento. Aquilo com que o partido socialista não concorda, é com a forma como a gestão está a ser feita.

É o governo, e não o partido socialista, que quer acabar com muitas empresas municipais que estão a ser mal geridas. E, isso não vai significar que as piscinas ou o museu fechem. Nada disso fecha. Tem é de haver uma gestão correta desses equipamentos. Deixos nos livre que esses equipamentos fechassem porque então encerraria o Concelho.

Publicada a Lei n.º 50/2012, de 30/8, ficou preto no branco que a E.M. Sabugal+ não podia continuar como estava, pois, sem margem para dívidas, se enquadrava nas situações que a lei define como aquelas que devem obrigatoriamente ser dissolvidas.

Face a este novo quadro legislativo e, enquanto o senhor presidente da câmara e os vereadores do PSD se entretinham com manobras de diversão, o partido socialista lia e relia a lei, procurando como, legalmente, podia sair dessa situação. E a solução encontrada, foi proposta na reunião do dia 26 deste mês, que era a seguinte:

- 1. A transformação da Empresa Municipal SABUGAL+ numa empresa local de gestão de serviços de interesse geral, com o objetivo de promover, gerir equipamentos coletivos e prestar serviços nas áreas da educação, ação social, cultura, saúde e desporto, nos termos do art.º 45º da referida lei*
- 2. Atribuir aos serviços jurídicos do município a responsabilidade pela elaboração de uma proposta de alteração dos estatutos existentes, de acordo o art.º 70º da lei e com o objetivo social proposto no número anterior, num prazo máximo de 60 dias.*
- 3. Atribuir aos mesmos serviços a responsabilidade de elaboração, num prazo máximo de 60 dias, de uma minuta de contrato-programa, que seria estabelecido com a nova empresa, nos termos do art. 47º da referida lei.*



4. Manter a atual Administração da Sabugal+, em regime de gestão corrente, até à criação da nova entidade, momento em que o acionista município aprovaria a nova Administração.

5. Retirar as propostas constantes dos pontos da ordem do dia referentes à Sabugal+, os quais se consideram inoportunos face a esta proposta.-----

Com esta proposta os vereadores do PS, demonstraram, mais uma vez, que sabem defender os interesses do concelho do Sabugal e que colocam a prioridade na defesa intransigente do concelho e da sua gente. Mas, o que se passou na reunião de 26/09/2012, foi, a rejeição desta proposta, e a reeleição do Conselho de Administração, demitido, proposta pelo senhor presidente com a conivência, de quem depressa se esqueceu do que antes defendia e que desmascarou todos aqueles que tanto batiam no peito, afirmando em altos berros, a necessidade de encontrar uma solução para a E.M.Sabugal+.-----

Os vereadores do partido socialista honraram os compromissos de colocar os interesses do concelho acima de tudo mas, senhor presidente, a nossa proposta continua válida, e os vereadores voltarão a colocá-la à votação na próxima reunião, altura em que, estamos certos, já o senhor presidente e o senhor vereador Joaquim Ricardo, tiveram tempo para analisar a nossa proposta.-----

Queira ou não queira, a alternativa é só uma. Ou fecha a Sabugal+, ou faz o que a lei diz e que consta na nossa proposta, mas nunca mais diga e peça aos seus vereadores e deputados, para não dizerem que é o partido socialista que quer acabar com a Sabugal+, e fechar os equipamentos”-----

Enrico Manso, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse “ tenho-me questionado sobre a questão da rotunda Aldeia do Bispo, Lagoosa e Forcalhos, a qual até tinha uma verba orçamentada de 60.000,00€, acreditando que a obra estaria para breve. Por informações posteriores do senhor Presidente da Câmara este pareceu indicar que nem o projeto estava concluído quanto mais a obra para se fazer”.-----

Ja aqui falei das bermas da chamada reta de Alfaiates. Continua tudo na mesma. Os arbustos que todos os anos nascem, neste momento, devem ter um metro de altura e com as chuvas caíram para a estrada. Com o aumento das chuvas a água das valetas corre como uma ribeira, porque não há saídas, tornando-se perigosas para o trânsito”.-----

António Gata, tomou a palavra para dizer que iria colocar umas questões, muito rápidas, ao Presidente da Câmara. A primeira relacionada com a capela arraiana, dizendo: “ vou falar da capela arraiana nduma perspetiva que não daquela que estão à espera. O mês de Agosto terminou há pouco tempo. Fui, também, um dos que estive, sempre que pude e onde pude, e verifiquei que cada vez há

mais gente. Depois da satisfação e do regozijo de que a capeia tinha sido considerada património cultural e imaterial, tenho a dizer que a Câmara e algumas Juntas de freguesias poderiam fazer mais do que o que estão a fazer, na envolvente de todo aquele espectáculo. É que são com centenas, senão milhares de pessoas a beber cerveja... a determinada altura toda a zona envolvente da capeia é um espaço onde cheira bastante mal, o que é natural, porque as casas de banho não correspondem à procura e... temos a situação que quase todos conhecemos.-----

Salvaguardando a honrosa exceção de Aldeia Velha que, minimamente, tenta criar condições de sanidade para que isso não aconteça, penso que a Câmara Municipal podia pensar na possibilidade de criar essa estrutura, comprando os equipamentos necessários, passando-os de terra em terra, onde esses grandes eventos vão acontecendo e que cada vez mais nos orgulham.-----

Segunda. Em agosto, Vilar Maior, levou a efeito uma iniciativa, a que foi dado o nome de Feira de Talentos, que foi um sucesso. Esta iniciativa foi da exclusiva responsabilidade da aldeia, tendo como patrocínio da Câmara, apenas a presença do senhor presidente, que grande satisfação nos deu. Isto para dizer o quê? Recentemente ocorreu o evento Muralhas com História que, reconhecidamente por toda a gente, merece totais elogios, mas não posso deixar de fazer aqui um pedido: continem, a fazer o Muralhas com História em Sortelha, mas lembra-se também das outras aldeias com património edificado como, Alfaiates, Vila do Touro e Vilar Maior. -----

Não é novidade para nenhum de nós que a situação em que o país se encontra é muito má e que as perspectivas futuras são negras. Também não é novidade, para nenhum de nós, que a opinião dos cidadãos acerca dos políticos, desde da base até ao topo, anda pelas "rias da amargura". Não será ainda novidade para ninguém que dificilmente o país sairá desta situação, enquanto os cidadãos não passarem a depositar confiança nos que dirigem os seus destinos.-----

Mentira, se não dissesse que também estou desiludido, com a situação do país e com os políticos que nos tem vindo a governar. -----

A questão focada na última assembleia, em que perguntei ao senhor presidente da Câmara, se havia algum vereador a receber ajudas de custos, vindo de fora do concelho, prendia-se com essa minha insatisfação. Quero que fique bem claro que nada existe de pessoal, nem nada me move neste sentido, contra ninguém. Trata-se de facto de mostrar que, a falta de ética da política e na ação dos políticos, leva à descrença dos cidadãos, na política e nos políticos. Atitude que não deixa de ter reflexos, que a todos prejudica. Hoje não posso deixar de verificar com satisfação que ainda há nesta assembleia quem, vindo de fora do concelho, assumisse, perante quem o convidou para integrar as listas por que concorreu, o compromisso de honra de que não meteria deslocações, de fora do concelho".-----

Nuno Teixeira que disse: “contrariamente ao que é habitual, não lhe vou fazer nenhum aparte. Vou oferecer-lhe uma ideia para, se achar que vale a pena, pegar nela e dar-lhe continuidade. De há uns tempos a esta parte, surgiu-me a curiosidade, através de pesquisas na internet, sobre algo que já vem de há muitos anos, mas que caiu no esquecimento: que são os níveis de radioatividade no concelho.

Depois de algumas pesquisas fiquei a saber que estamos numa zona, onde os níveis de radioatividade, ultrapassam, em larga escala, o máximo admitido para o bem-estar e salvaguarda da saúde pública. Depois de algumas pesquisas encontrei um artigo do jornal on-line da Universidade da Beira Interior. Uma tese de mestrado, que despertou o meu interesse, porque as pesquisas foram feitas exatamente no nosso concelho. Passo a ler excertos deste relatório:.....

[Uránio continua presente em solos da região As antigas explorações mineiras da Carrasca e de Vale d’Arca, são apenas dois exemplos de locais onde existem solos radioactivos no concelho do Sabugal. Uma tese de mestrado realizado na UBI vem agora dar mais alguns contributos para o conhecimento e resolução deste problema ambiental.

Depois de várias décadas de exploração, as Minas da Carrasca e de Vale d’Arca, onde se extrai urânio e rádio, foram abandonadas. Uma área significativa de terreno acabou por ser deixada em completo abandono bem como parte dos resíduos que resultaram dessa mesma atividade. Estes são apenas dois exemplos de um vasto conjunto de antigas minas portuguesas que se encontram encerradas, mas que deixaram perigosos focos de contaminação ambiental.

Fábio Pombar desenvolveu um conjunto de análises e testes a estas duas antigas minas, no âmbito de uma tese de mestrado orientada pelos docentes Pedro Almeida e Sandra Soares. Durante este trabalho foram analisadas as escombreyras de duas antigas explorações mineiras de urânio da região de modo a determinar os níveis de radiação gama naquelas zonas, analisando também a mobilidade dos materiais e identificando os elementos radioactivos presentes”.

Para o responsável por esta atividade os resultados são preocupantes. Fábio Pombar atesta que “nalguns locais das escombreyras do concelho do Sabugal, os níveis de radiação gama são superiores a três microSievert/hora”. Em termos de comparação, a radiação gama na cidade da Covilhã, varia entre os 0,2 a 0,3 microSievert/hora. Esta radioatividade tem levantado grande preocupação a nível mundial, devido às consequências que pode causar para a saúde e para o ambiente. Os resultados obtidos neste trabalho científico de geotecnia e ambiente voltam a relançar a urgência de solucionar este tipo de situações.

O autor do referido trabalho acrescenta ainda que “após o encerramento das explorações mineiras existentes na região as escombreyras permaneceram a céu aberto, existindo nas proximidades,



terrenos agrícolas, cursos de água e populações. Quando ocorrem grandes precipitações o solo pode movimentar-se por erosão e os contaminantes podem chegar aos aquíferos. As minas desta zona que há largos anos se encontram nesta situação resultam de falta de legislação. Na beira interior, um pouco à semelhança de outros pontos do país existem ainda locais onde as escombrelas destas minas antigas permanecem a céu aberto com todos os perigos que tais situações representam.]

Perante esta situação e outras que li, mas que não havia necessidade de trazer, porque esta é bastante simples e clara. Temos aqui, na assembleia, quem poderá corroborar a veracidade do que digo. É que temos um grande numero de caso de cancro do colon, no nosso concelho. Isso poderá ter muitas e variadas explicações. Há quem os atribua ao consumo excessivo de enchido. Poderá até ser, mas quem me diz a mim que não poderá ser também pelos excessivos níveis de radioatividade que temos no concelho.

O que queria propor ao senhor presidente, se assim o entender, é que mandasse realizar um estudo com principio, meio e fim, realizado por entidades competentes para o efeito. Para nos elucidar. Posso dar-lhe alguns exemplos que encontrei na internet: o Instituto Tecnológico e Nuclear ou Laboratório de Radioatividade, Natural de Coimbra.

Se, hoje em dia, os maços de tabaco trazem um aviso a dizer é perigoso fumar, as garrafas de álcool trazem um a dizer que o consumo do álcool é prejudicial à saúde, porque não preocuparmo-nos com esta realidade existente no concelho?

Outro assunto de grande importância para o concelho, é a questão do Tribunal. Gostaria de saber em que ponto está o processo de encerramento do Tribunal do Sabugal?.....

Presidente da Junta de Freguesia de Malcata, tomou a palavra para, relativamente à Barragem do Sabugal (Malcata) perguntar o que ganhava o concelho com a barragem. “ *A Barragem do Sabugal fornece água a cinco concelhos. Procede à rega na Cova da Beira e junto ao Meinão. Porque será que os benefícios são todos para esses lados e não para o concelho do Sabugal. Quando foi aprovado o plano de ordenamento, houve promessas feitas, que ainda não foram cumpridas. Estou-me a referir ao paredão junto à ponte, situada à entrada de Malcata. Para quando é que esse paredão está efectuado? Será que fazendo pressão, não se conseguiria obter alguma coisa.....*

Já agora. Porque é que a gestão da barragem não é feita no concelho do Sabugal, mas a nível de Lisboa? Será que os de Lisboa conhecem melhor o município do Sabugal, do que nós?.....

Presidente da Junta de Freguesia de Quadrázais que depois de cumprimentar os presentes disse: “ *se bem me lembro, António Dionísio, Joaquim Ricardo e António Robalo, tiveram como uma das bandeiras da campanha eleitoral, o caminho entre Quadrázais e Ozendo. Claro que isso também faz*

parte da minha eleição e do meu querer. Continua aquele caminho exatamente na mesma. Já estive inscrito em plano com 50.000€, no ano passado. Nada foi feito para além duma máquina lá ter andado. Quadrázais e Ozendo continuam separados, por causa de dois quilómetros de caminho, enquanto que eu vejo, não sei quantos quilómetros para unir umas quintas que, logicamente também necessitam. Não estou contra isso. Dois quilómetros é muito pouco para separar uma freguesia da sua anexa, e acreditam que estamos mesmo separados por causa desse caminho. -----

Se os 50.000,00€ não chegassem, chegariam mais 30 /40 mil. É uma questão de juntar dinheiro de um ano para o outro, já que num só ano é impossível fazer. -----

Depois de me ter sido dito que o mandato ainda não tinha terminado, espero que o caminho possa vir a ser feito. É que não vejo qualquer referência a esse e caminho, como também não vejo a Ozendo e Vila Boa(que é caminho vindo de Vila Boa, que chega ao Ozendo e pára). Espero que todos sejam feitas, especialmente a ligação entre Quadrázais e Ozendo, que é urgente. E, porque se falou tanto no embelezamentos das entradas do Sabugal, lembrem-se também que de Quadrázais também se vem para o Sabugal, e também necessita de uma entrada digna bem como a entrada de quem vem dos Foios, por onde passam tantos espanhóis? -----

É tudo o que vinha pedir, mas o pedido que se sobrepõem a qualquer outro é o do caminho de Quadrázais – Ozendo. Espero que não seja esquecido, porque alguém me disse que não era uma questão técnica. Era mais uma questão política. Espero que essa pessoa esteja redondamente enganada e que seja mesmo por outro motivo qualquer, que não o político. Não quero acreditar que seja, porque é o bem-estar das populações que estão separadas". -----

Celino Augusto, depois de cumprimentar os presentes disse: “ senhor Presidente, será que não há mais nada a fazer, a não ser fechar ruas quando uma qualquer casa está a cair ou já caída? É que no Sabugal, parece que é essa a pratica. Uma casa está para cair ou cai, fecha-se a rua ao trânsito e fica assim anos. -----

Outra questão. Já foi abordado o tema o rio e do lodo. É importante a parte exterior do rio, mas acho que é muito mais importante o interior do próprio rio, porque quem chama aquilo praia fluvial, acho que está errado porque aquilo não é uma praia fluvial. Eu tinha vergonha de dizer a alguém para vir à praia fluvial do Sabugal. A água está constantemente suja. Os mitidos, que lá andam, dizem que em alguns sítios o lodo lhes chega aos joelhos, etc.-----

Em relação à arvore caída no rio, de que o Nuno Mota falou, não está lá há três semanas. Está lá desde o inicio de Agosto, portanto, vai fazer dois meses. -----



Uma outra questão relacionada com a Feira Medieval de Sorlelha. O ano passado o evento foi um sucesso. Este ano não correu tão bem. Se no sábado esteve mais ao menos, no domingo, do meu ponto de vista, correu mesmo muito mal. O tempo também teve alguma culpa, mas não terá sido só do tempo, porque acho que é básico não deixar que aconteçam determinadas coisas, como por exemplo: enquanto a feira estava a decorrer, às 3/4 horas da tarde, haver carros a "passar" dentro da vila. Eram os carros que iam buscar as tendas dos feirantes que estavam já a desmontar. Estava lá um que começou a desmontar a tenda às 14,45 horas. Carregou a carrinha e saiu por volta das 15.30 horas. Havendo muita gente a passar, acho que dá mau aspeto. Uma sugestão que deixo, é, em próximos anos, cobrar uma caução, para garantir que as pessoas estão até ao fim, devolvendo-se no final, garantido assim que ninguém ia embora, quando quisesse.-----

Finalmente. Ouvi uma pessoa afirmar que tinha um projeto de investimento no Sabugal e que na Câmara lhe tinha sido dito que não existia espaço disponível no parque industrial. Gostava de perguntar ao senhor presidente da Câmara, se é verdade que os parques industriais do Sabugal, não têm espaços para pequenos empreendedores? E, e se não tem, o que está a fazer para resolver essa situação? Acho que isso é muito importante. Deixar abalar do Sabugal uma possibilidade de investimento, acho que é muito complicado. "-----

Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara ia pôs à votação a Moção apresentada pelo **Presidente da Junta de Freguesia de Bismula** que se transcreve:

"MOÇÃO

Considerando a elevada forma cívica e ordeira em que decorreu o gigantesco protesto do dia 15 de Setembro corrente, contra as medidas de austeridade anunciadas pelo Governo aos portugueses;-----

Considerando que as encapotadas novas medidas de austeridade têm um cinho revanchista e de retaliação, como desforra do chumbo da TSU, configurando mais um assalto aos bolsos dos mesmos de sempre;-----

Destá forma, proponho à Assembleia Municipal um voto de solidariedade para com os organizadores do protesto e a todos os portugueses que nele participaram. -----

Reclamando ao mesmo tempo aos deputados dos partidos representados na Assembleia da República que rejeitem com o seu voto todos os projetos que em concreto concorram para o empobrecimento do País".-----

Concluída a leitura o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia que queria inscrever para intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a **João Manata** que disse:



Congratulo-me com esta moção. A CDU vai votar favoravelmente. Queriria falar na grande manifestação que, amanhã, irá haver, convocada pela CGTP. Acho que vai ser mais um momento de luta contra as políticas desta TROICA e deste desgoverno, de foras da lei, de criminosos e assassinos... e não tenho medo das palavras... de indivíduos que, claramente, estão a destruir Portugal, nos estão a levar para miséria, a querer que as pessoas doentes morram para não lhes pagar a segurança social, porque é disso que se trata, merecem todas as formas de luta. Por isso estou solidário com essa moção, e com a luta do povo português, contra esta canalha que nos desgoverna.

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia pôs a Moção à votação, que foi aprovada, por maioria, com 3 abstenções.

Em resposta às diferentes intervenções o Presidente da Câmara disse: " vou tentar ser breve e conciso nas respostas. Há várias questões colocadas pelos senhores presidentes de Junta, algumas das quais me foram já colocadas no gabinete, onde me poderão procurar sempre que entenderem, para colocar as vossas questões e preocupações, às quais tentarei dar o melhor apoio e resposta.

Pela prática que tenho no exercício da vida autarca, a nível de freguesia, por vezes temos a tentação de pretender resolver tudo num mandato, mas isso nem sempre é possível. As piores palavras que posso ouvir relativamente aos políticos, é dizer-se: que se promete, que se prometeu... e ver-se que, depois, se dão desculpas... as desculpas deveriam ser banidas, do vocabulário dos políticos.

E, porque foi aqui falada a questão dos políticos, quero dizer-vos que, no concelho, precisamos mais de empresários e empreendedores do que de políticos. Que eu saiba, não há nenhum político no executivo, nem na assembleia, que pretenda ser bajulado e/ou idolatrado. Devemos essencialmente dar valor a quem cria emprego, cria postos de trabalho, fixa gente, investe e cria riqueza neste concelho. É evidente que as entidades públicas, neste momento, estão bastante impedidas de desenvolver essa tarefa, mas estarão sempre para, cooperar, coordenar, regulamentar e orientar, se necessário, mas, acreditem que, hoje, um empresário que tenha a ousadia de investir num território como o nosso, é um empresário, bem informado, que sabe o que procura, e vai diretamente ao que necessita.

Digo isto como introdução, e não pretendendo orientar os assuntos da Assembleia, salientar o teor da proposta " Políticas para o Interior, um Designio Nacional", que é uma excelente proposta, e fico muito satisfeito por esta assembleia a ter aprovada. Quando se faz uma proposta deve ter-se uma linguagem clara, um raciocínio orientado, mas, também, utilizar um vocabulário adequado, para honrar e prestigiar os órgãos onde exercemos os nossos cargos municipais.

Passaria agora à questão colocada pelo Presidente da Junta de Santo Estevão. É evidente que o projeto das margens é uma intervenção bastante trabalhada, porque as coisas não se fazem num dia. São anos de imaginação e de trabalho, para poder agarrar as oportunidades. Vai ser feita, o que muito dignificará o espaço.



A entrada a sul da sede do concelho. Estaria, com certeza, a falar da repavimentação dos passeios da estrada, mas vou falar de outra coisa. Há quantos anos está ali , aquele “ mamarracho ” no cruzamento da estrada que vai para Sortelha? Há quantos anos ali está aquele amontoado de blocos, com chapas em cima? Quero anunciar-vos que a Câmara deliberou adquirir aquele imóvel, para o demolir e requalificar o espaço, para que, em vez de ser um espaço, ambientalmente degradado, seja um espaço onde a gente se coloca para tirar fotografias ao castelo. É um bom investimento e um bom trabalho de requalificação do Sabugal.-----

Hoje, falou-se muito do Sabugal, mas nós temos o Sabugal e mais trinta e nove freguesias. A verdade é que as outras também necessitam e nós estamos atentos. -----

O Presidente da Junta da Bismula fez apenas a leitura duma proposta. Aproveito para dizer que amanhã, em Santarém, vai decorrer o Congresso da Associação Nacional de Municípios, que será com certeza, um momento de afirmação do poder local.-----

João Manda falou da opção gestonária. Também tenho conhecimento dos acórdãos emanados do Tribunal Administrativo, quer de Castelo Branco quer de Évora. Tivemos, em setembro, uma reunião na Associação Nacional de Municípios, entre câmaras com problemas como o nosso. Aguardamos relatório final da IGF.-----

Os senhores vereadores, na última reunião de câmara, colocaram também essa questão, tendo-lhes respondido que o processo estava como em dezembro/2011. Aguardamos serenamente esse relatório final, sendo que os trabalhadores terão sempre o Presidente e a Câmara na sua defesa e na procura de justiça.-----

Relativamente à questão da água na Colónia Agrícola Martin Rei. É um lugar com enorme dispersão populacional. Passando na estrada a conduta das Águas dos Zêzere e Côa, o que podemos fazer é tentar um ponto de ligação e os moradores cistarem a rede até suas casas.-----

Relativamente ao rio e à questão do todo. A intervenção principal é a requalificação das margens, com os circuitos pedonais, a travessia, o espaço de bar e os sanitários. É verdade que com o avanço do projeto, fizemos a aquisição das hortas desde a praia fluvial. Pensámos que, sendo o terreno propriedade da Câmara Municipal, há maior possibilidade de fazer um controlo de limpeza e de qualificação. Agora, não havendo projeto para os terrenos adquiridos, está tudo em aberto.-----

Relativamente ao problema da Rua Cidade da Guarda já foi dada indicação ao Engº Afonso Tavares para tratar de uma passagem desnivelada, de forma que consiga atenuar a velocidade do trânsito. -----

Quanto à situação das bermas e valetas. Quem não tem dinheiro, não tem vícios. Nós não tínhamos dinheiro para mandar cortar as ervas das bermas e valetas e pedimos aos Bombeiros do Sabugal e do

Soito, que nos dessem um apoio, na tentativa de dar uma boa imagem, quando da passagem da Volta a Portugal em Bicicleta, nalguns troços municipais. Acho que as estradas municipais, neste momento, necessitam essencialmente de trabalhos profundos de intervenção nas bermas e valetas.-----

Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Santo António, a rotunda em Urgueira e Aldeia Sr. António esta a ser trabalhada nos serviços, e em breve será realidade.-----

Está de parabéns pela defesa da freguesia e conseguir compilar toda as situações que aqui trouxe. Temos aqui autarcas de freguesia que já têm seis ou sete mandatos. Se tivessem feito tudo no primeiro mandato, já cá não andavam. Já tinham uma estátua na freguesia. Isto é para ir priorizando e desenvolvendo, à medida das disponibilidades.-----

Relativamente à E.M. Sabugal+. Fico muito satisfeito, pelo facto de haver um novo dado, ou seja, já não é acabar com a empresa, como se dizia, mas reconverte-la. O governo publicou a Lei nº 50/2012, que define as novas empresas com capitais públicos municipais. E a verdade é que, para além de reintegrações, criação de serviços municipalizados, cria algumas figuras interessantes para a própria reconversão da E.M Sabugal+. Os estatutos da Sabugal+, são de 2003. Posteriormente, houve uma alteração com a publicação da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro e agora com a Lei nº 50/2012. Estou, e sempre estarei disponível para trabalhar uma solução que não seja a de acabar com a E.M. Sabugal+. Não é tanto a empresa municipal, mas os serviços que presta. A nova lei permite que haja empresas locais, de gestão dos serviços de interesse geral. Então vamos reconvertê-la, ou arranjar alternativas que defendam os serviços e os trabalhadores.-----

Relativamente à Rotunda de Aldeia Velha, Aldeia do Bispo, Forcalhos e Lageosa. Houve a necessidade de integrar a travessia de Aldeia Velha. Havia alguma pressão também para que fosse desenvolvida em simultâneo a própria travessia de Aldeia Velha, que está bastante desnivelada, e a integração dessa travessia, sei que recentemente ou esta semana estiveram lá, técnicos a fazer medições, na própria travessia de Aldeia Velha. Vamos resolver, definitivamente, espero, esta situação.-----

Em resposta às questões colocadas por António Gata, direi que as capelas são de iniciativa popular. São as mordomias que desenvolvem essas actividades. O alerta também é bom para elas. Do pouco em que a Câmara possa intervir, haverá abertura da nossa parte.-----

Sobre a realização da Feira dos Talentos, estão de parabéns. Aproveito o Muralhas com História. Tive oportunidade de, na reunião do executivo, em Vilar Maior, dizer que é necessário encontrar motivos para que, cada uma dessas freguesias consiga, dar-se, mostrar-se, promover-se e Vilar Maior também terá, no concelho do Sabugal, o seu recanto e encanto.-----

Relativamente à capela arraiana, aproveito o momento para dar conta de um evento promovido pela Câmara, que decorrerá nos dias 19 e 20 de Outubro, que é Jornadas de Tauromaquia Popular. Fiquei extremamente satisfeito, pelo facto de as poder concretizar. Um projeto que tinha, desde que cheguei à Câmara, era o de conseguir juntar neste auditório os nove concelhos portugueses com tauromaquia popular. Na verdade estão



todos confirmados. Inclusive estão confirmados nove presidentes de câmara, entre eles Montalegre, Barrancos, Angra do Heroísmo, Moita, Ponte de Lima, Monsaraz, Corriche.... Vamos ter umas jornadas de tauromaquia popular, em que os edis desses municípios quiseram mostrar a sua disponibilidade para estar no Sabugal, nesse dia. Acho que vai ser o maior acontecimento nacional de tauromaquia popular.

Já agora queria dizer aos senhores membros da assembleia municipal, que muitas vezes andam arredados destas iniciativas, enchem o auditório, para justificarmos o nosso interesse por essas tradições, e, também para dar oportunidade aos outros de mostrarem o que se faz nos seus concelhos.

Nuno Teixeira falou da radioatividade. Na verdade qualquer estudo de avaliação estratégica de impacto ambiental para projetos ou planos, há a necessidade de integrar a variável da radioatividade. Neste momento, em Portugal, quem credencia entidades para fazer esses estudos é o ITN - Instituto Tecnológico Nuclear. Embora a Universidade de Coimbra ou a UBI tenham os seus gabinetes de trabalho, não há em Portugal, um gabinete homologado e credenciado perante o ITN.

Agora, quero que tenham consciência de uma coisa. Em estudo de avaliações estratégicas de impacto ambiental de grandes empreendimentos e para os que estão previstos no Sabugal (em que continuo a acreditar), é pedido estudo de radioatividade.

Aproveito esta resposta, e já que falamos de planeamento, e para não vir a ser acusado nesta Assembleia, para dizer que a revisão do plano diretor municipal está parada. E porquê? Foi decisão do executivo, aguardar pelo plano estratégico. Quero que tenham consciência de que, sendo o plano diretor municipal um documento técnico, e sendo o plano estratégico, um documento político, o documento técnico está parado, a aguardar por um documento político, com uma calendarização, e eu não quero ser o único a ser responsabilizado pela tomada de uma decisão que foi de todos.

Relativamente ao Tribunal não tenho mais informação que possa transmitir para além da já conhecida. Tenho desenvolvido esforços para que ele não encerre. Aguardemos.

A questão do Plano de Ordenamento da Albufeira, no Sabugal, em Malcata. É verdade que o INAG se comprometeu a fazer aquele pareião, em Malcata e, recentemente, a propósito do excessiva transvaz de água da bacia do Douro para a bacia do Tejo, através da barragem, relembrei a questão junto da Direção de Agricultura e do próprio INAG esse compromisso. É uma obra de algum montante e em termos financeiros não é fácil de executar. Vamos continuar a tentar. De qualquer forma o Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal, contempla um conjunto de possibilidades de investimento privado. Temos a obrigação de divulgar junto de privados e eventuais investidores o potencial do Concelho, nomeadamente na envolvente à Albufeira do Sabugal/Malcata.

Em resposta à Presidente da Junta de Freguesia de Quatrazais disse que o caminho referido estava em plano e era intenção avançar com a sua execução.

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia**: terminou assim o período antes da ordem do dia, dirigindo-se ao senhor presidente, para dizer que seria bom que a câmara confirmasse, em relação a esta questão do transvase da água, porque a informação que tinha e que lhe fora transmitida pela Associação de regantes da Cova da Beira, é que a quantidade de água que está a ser passada da barragem do Sabugal para a Barragem da Meimoa, não tem a ver propriamente com as necessidades de rega na cova da beira, mas tem a ver com o funcionamento de uma mini-hídrica que está antes dessa barragem. E a informação que a Associação de regantes me deu foi que tem de se manter esse caudal de transvase para garantir o funcionamento da mina hídrica, eu não sei se isso se confirma? Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que era entendimento da Direção Geral da Agricultura e do seu diretor, que o transvase era considerado como normal e que a Barragem do Sabugal estava a 50% da sua capacidade.-----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA/TERRITORIAL AUTÁRQUICA- EMISSÃO DE PRONUNCIA

O Presidente da Assembleia tomou a palavra para dizer que a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio veio consagrar a obrigatoriedade de reorganização administrativa do território das freguesias, deixando cair todos os pressupostos, critérios e orientações explanados no Documento Verde da Reforma da Administração Local, na Lei n.º 11/82, de 2 de Junho e na lei n.º 8/93, de 5 de março. Que a mesma lei, no seu artigo 11º referia que a Assembleia Municipal, se deveria pronunciar sobre a reorganização territorial autárquica. Nesse sentido tinha sido enviada a todos os membros da assembleia uma proposta de pronúncia saída da reunião da Comissão Permanente da Assembleia que se tinha realizado no dia 07/09/2012, cujo entendimento ia no sentido de recomendar à Assembleia que não se pronunciasse sobre a extinção de freguesias.-----

Porque se tratava de um assunto importante para as freguesias o Presidente da Assembleia abriu um período de debate, tendo sido dada a palavra a:-----

João Manata que começou por pedir um esclarecimento sobre decisão que tinha sido tomada na Comissão Permanente relativamente à pronúncia, uma vez que a CDU não tinha estado presente. Tendo o **Presidente da Assembleia**, feito esse esclarecimento continuou dizendo que o Grupo da CDU defendia a manutenção das 40 freguesias do concelho e acrescentou que " *hoje ouvi numa rádio uma entrevista com o professor Manuel Porto, Presidente da Comissão de Unidade Técnica dizer, que aceitou ir para o cargo porque é contra esta estapafúrdia. Isto é uma coisa terrível. Então o homem vai presidir a uma Comissão, que, no fundo, é uma comissão liquidatária, porque é contra! Parece um paradoxo, mas é um facto. Mas ele tem razão nos seus argumentos! É que isto não vai diminuir a despesa. Isto é uma trapalhada do ministro das coisas visíveis e invisíveis, do senhor licenciado Ministro Miguel Relvas que é um sabbão, que sabe tudo e quer impor-nos isto. Reitero que os elementos da CDU defendem a manutenção das 40 freguesias porque não foram eleitos, nem*

mandatados para dissolver freguesia nenhuma. E, quando o Presidente da Unidade Técnica diz que isto é uma trapalhada, acho que está tudo dito”.....

Roberto Silva para dizer: “*eu não consigo perceber como é que podemos querer passar ao lado. Não consigo perceber! Gosto muito de opinar. Gosto muito de falar. E detesto que decidam por mim*”.....

Pedro Cardoso que disse: “*a minha posição é ser completamente contra a extinção de freguesias até porque a minha é uma das possíveis.. Estou já de acordo com a posição tomada pelos Presidentes de Junta. No entanto e tendo em conta, o que o país está a passar e as intervenções havidas, significa que algumas juntas de freguesia que podem perfeitamente ser extintas*”.....

Manuel Rito para dizer: “*senhor presidente, peço desculpa, mas creio que, pelo menos eu assim o entendi, o que ficou decidido na reunião da Comissão Permanente não foi, não nos pronunciarmos, mas pronunciarmo-nos contra, considerando até que as juntas envolvidas não tinham mostrado vontade de agregação para ganhar os 15%*”

A existência destes dois entendimentos, gerou alguma confusão entre os presentes, tendo **António Gata** pedido esclarecimentos sobre o seguinte” *pronunciando-se esta assembleia contra, quem vai ter que resolver o problema é a Unidade Técnica da Assembleia Municipal?....*”. Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que: “*tomar a decisão de se pronunciar contra ou não se pronunciar, do ponto de vista da lei, tem exactamente o mesmo efeito. A Unidade Técnica da Assembleia da Republica, teoricamente teria 20 dias para apresentar uma proposta de reorganização que depois seria enviada à Assembleia Municipal que, por sua vez teria legalmente mais 20 dias para se pronunciar. A Assembleia Municipal poderá aceitá-la e será esta que vigorará ou fazer uma proposta alternativa*.....

Concluído o debate e depois de se chegar a um consenso o **Presidente da Assembleia** disse que a proposta iria então no sentido da assembleia se **pronunciar contra a reorganização administrativa do território das freguesias do Concelho do Sabugal**.

Posta a **proposta** à votação, foi aprovada por maioria com 2 abstenções, tendo **Roberto Silva** feito a declaração de voto que se transcreve: “*Abstive-me porque continuo sem saber o que se passou naquela reunião e qual é a verdadeira proposta e a verdadeira decisão*”.....

PONTO 2 – 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2012 E 3ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2012-2015.

Tomando a palavra **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse que esta revisão se prendia essencialmente com a necessidade de, para algumas rubricas, ser autorizada a repartição de encargos, nomeadamente em atividades com alunos, uma vez que o ano



escolar tinha começado, prolongando-se para 2013, e para algumas obras que se pretendia lançar no próximo trimestre, mas que apenas terão execução em 2013. Uma vez que tinham sido distribuídos os mapas da revisão, estava disponível para esclarecer qualquer dúvida.....

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:.....

Nuno Teixeira tomou a palavra para dizer: “ *passados três meses sobre a última revisão do orçamento-2012 e Grandes Opções do Plano 2012-2015, estamos novamente a voltar uma revisão, o que só demonstra a justeza da nossa posição na sessão de Junho. Dissemos na altura e relembro hoje. Estando praticamente decorrido metade do ano de 2012 o senhor presidente deveria, antes de mais, ter apresentado um ponto de situação claro, sobre o índice de execução do orçamento apresentado em Dezembro de 2011. Importava, ao meio do ano, que todos percebêssemos o que foi arrecadado em termos de receita e o que já está executado e comprometido em termos de despesa. Assim se perceberia de forma clara o que constituía o orçamento apresentado, e que, na altura, exaustivamente denunciámos. Mas tal não aconteceu em junho e não volta a acontecer em Setembro... mas tem esta proposta novidades de monta. Em primeiro lugar ficamos a saber que novidade tão importantes como a estrada Aldeia da Ponte, Rebolosa e os caminhos da Bendada são retirados do orçamento de 2012, quando ainda há 3 meses a assembleia aprovou um reforço orçamental para a rubrica de intervenção em estradas municipais. Ficamos também a saber que a tão defendida requalificação urbana da Rua António José de Almeida / Rua Luís da Camões, ficaram adiadas. Pelos vistos a prioridade morreu após a célebre aquisição do quintal. Porque nem tudo é mau, ficamos satisfeitos com o reforço de 100.000€ para apoios de capital às juntas de freguesia como ficamos satisfeitos com o esforço financeiro para apoiar as corporações dos bombeiros do concelho. Mas senhor Presidente continuamos a dizer que uma política de verdade e de transparência o devia ter obrigado, até porque lhe tínhamos pedido há 3 meses, a apresentar uma alteração às GOP's, que reflectisse o verdadeiro ponto de situação da execução orçamental de 2012. O senhor Presidente não o fez e, apesar de não conhecermos o dia a dia da gestão municipal, deixamos um conjunto de rubricas, que temos quase a certeza não serão concretizadas este ano, ou dificilmente atingirão níveis de execução que permitam gastar toda a verba constante das GOP's aprovada: Centro Escolar do Sabugal. 1.000.000,00€; Centro Escolar do Soito 600.000€, Iluminação Cénica dos Castelos de Alfaiates, Vilar Maior e Vila do Touro 307.948,00€, Fronteiras da Memória 200.000,00€, redes de água e saneamento nas freguesias 2.503.440,00€, Centro de Interpretação de Sortelha 43.500,00€, Parque Aventura em Vila do Touro 40.000,00€, Programa de Inovação e Empreendedorismo Rural 500.000,00€, Criação e Sinalização do Percorso de Interpretação Ambiental Pedestre e Ciclável na envolvente na Albufeira do Sabugal 145.434,00€, abastecimento de água, cobertura e fiabilidade em diversas freguesias 640.317,00€, Rotunda na E.M Aldeia Velha-Aldeia do Bispo Lagoosa 60.000,00€, Rotunda na E.M Sabugal-Sortelha 60.000,00€, ligação do edifício da Câmara Municipal às Termas do Cró, por fibra ótica 110.000,00€. Era isto que o senhor Presidente deveria ter feito em Junho, e*



agora devia ter apresentado uma proposta de GOP's corrigida, justificando se possível as razões de não concretização de investimentos, como aqueles que aqui identificamos. Mas o senhor Presidente não o podia fazer pois tal significaria assumir publicamente que, como lhe dissemos em 2011, o orçamento apresentado não era um orçamento real. Era, pelo contrário, um orçamento fictício. Daí a ausência do partido socialista nesta votação"......

Em resposta o Presidente da Câmara disse: " a bem da verdade, do rigor e libertando-nos de toda a demagogia, vou referir duas ou três coisas que espero não ter de as repetir.

Existem figuras técnicas de elaboração de documentos previsionais de acompanhamento de planos e orçamentos e de execução, que têm todo o seu momento. A E.M. Sabugal+, também tem os seus "timings". Por exemplo, até ao final do mês de Setembro tem que apresentar a execução orçamental do 1º semestre. Na reunião da passada quarta-feira foi reconduzido o Concelho da Administração, e apresentaram hoje o relatório da execução orçamental.

Agora, relativamente à apresentação da execução orçamental de 2012, tenho a dizer que o 1º semestre de 2012, terminou o dia 30/06/2012 e os serviços da Câmara com Revisor Oficial de Contas estão a elaborar o documento de execução orçamental porque é obrigatório. Ainda não está concluído, mas logo que concluído fá-lo-ei chegar à Câmara.

Relativamente à parte final da sua intervenção, quantas vezes terei que dizer que vou colocar no plano e orçamento todas as obras que ache importantes para o concelho com suposição de financiamentos, porque se não estiverem inscritas essas janelas de oportunidade, aí é que não se vai a lado nenhum. Quantas vezes temos de fazer revisões para inserir uma obra porque, no princípio do ano, não prevíamos que pudesse aparecer uma oportunidade de financiamento para ela.

Ninguém quer mais que o Presidente da Câmara fazer dois centros escolares maravilhosos, mas a reprogramação estratégica do QREN fez com que cortassem todos os financiamentos a projectos das Câmaras. O Governo está para injectar o dinheiro em QREN privados para dinamização da economia.

Agora os projectos que temos candidatados como: Saneamentos (7) Regualificação das Margens do Rio entre Pontes, a Ciclovia 5%, atividades desenvolvidas de promoção e animação através das aldeias históricas como: a Volta a Portugal, Murallas com História, Surpreenda os Sentidos, Iluminação dos Castelos de Alfaiates e Vilar Maior, todos aprovados com financiamento assegurado a 85%. Estes já ninguém os tira. Mais, não há mais. Ano 2013, incerto. Há dias dava uma entrevista em que dizia que a actividade autárquica estava a mudar, e o cabeça também tem que mudar. Tem que mudar a minha, que já mudou, e espero que mude também a vossa.

Se eu não quisesse lançar algumas das obras como: António José de Almeida, caminhos da Bendada, estrada Aldeia da Ponte Rebolosa não a inscrevia nas GOP's. Se estão inscritas é porque as quero lançar ainda este ano, apesar da sua execução física se projectar para o ano de 2013".-----

Terminado o período de intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o documento à votação, tendo sido **aprovado**, por maioria, com 15 abstenções, tendo o **Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa** feito a seguinte declaração do voto: " por um lado congratulo-me com o reforço de verbas para as Juntas de Freguesia. Esperemos que seja a partir de agora que recebamos alguma verba. Já passaram 9 meses e as juntas não receberam um cêntimo de verbas de capital e queremos realizar e pagar as obras, até ao fim do ano. Por outro lado, lamento que estejamos a chegar ao fim de mais um ano e a obra que nos está prometida há muitos mandatos, estrada Rebolosa Aldeia da Ponte, seja mais uma vez adiada, por isso a minha abstenção. "-----

PONTO 3 – CARGOS DIRIGENTES

Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que este ponto era constituído por três itens a serem votados separadamente, passando de seguida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse que faria a abordagem do assunto no seu conjunto. Assim disse: " Neste ponto temos três propostas relacionadas com a publicação da Lei nº 49/2012 de 29 de Agosto que veio adaptar à administração local a Lei nº 2/2004 de 15/09, alterada pelas leis 51/2005, de 30/08, 64-A/2008 de 31/12, 3-B/2010, de 28 de Abril e 64/2011 de 22/12, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços da administração central, regional e local do Estado. Este diploma veio alterar algumas disposições relativas aos cargos de direcção intermédia de 3º grau ou inferior, sendo necessário proceder à alteração do Regulamento para cargos de direcção intermédia de 3º e 4º grau do município do Sabugal e adequá-lo à nova lei.-----

Nesse sentido apresenta-se o novo **Regulamento para Cargos de Direcção Intermédia de 3º grau**, em que se estabelece e o que são cargos de direcção intermédia de 3º grau, as respectivas competências, as formas de recrutamento e selecção e estatuto remuneratório, aprovado pelo executivo em reunião de 18/09/2012.-----

A segunda, também na sequência da publicação da Lei nº 49/2012 de 29/08, implicando a necessidade de alteração do artº 6º da "Visão, Missão, Princípios e Valores a adoptar pelos Serviços Municipais, o modelo da Estrutura Orgânica e o número de unidades flexíveis", aprovada pelo executivo em reunião de 18/09/2012, que passará a ter a seguinte redacção:-----

*"Artigo 6º
(...)*

Podem ser criadas um número máximo de 5 unidades orgânicas flexíveis das quais:



a) Três, lideradas por um chefe de Divisão (dirigente intermédio de grau 2) conforme alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto;

b) Uma, liderada por um chefe de Divisão (dirigente intermédio de grau 2) conforme n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto);

c) Uma, liderada por um dirigente intermédio de grau 3;”

A terceira: Até à entrada em vigor da Lei n.º 49/2012 de 29/08 as despesas de representação dos dirigentes municipais eram um direito conferido por lei. Este diploma faz depender o seu pagamento da aprovação da assembleia municipal. Nesse sentido propõe a aprovação do pagamento de despesas de representação aos chefes de divisão municipal, aprovadas em reunião do executivo de 18/09/2012.

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Não havendo intervenções pôs à votação:-----

1. **REGULAMENTO PARA CARGOS INTERMÉDIOS DE 3.º GRAU**, que foi aprovado por maioria, com 2 abstenções.-----

2. **ALTERAÇÃO DO ART.º 6.º “VISÃO, MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES A ADOPTAR PELOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, O MODELO DA ESTRUTURA ORGANICA E O NUMERO DE UNIDADES ORGANICAS FLEXIVEIS** o que foi aprovado por maioria, com 5 abstenções.-----

3. **DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO** que foi aprovado por maioria, com 4 abstenções.-----

tendo **Ilídio Clemente**, relativamente ao ponto 2, feito a seguinte declaração de voto “ Em 2010 o senhor presidente trouxe à assembleia municipal uma proposta de reestruturação orgânica da Câmara, que mereceu o nosso voto desfavorável, tendo na altura salientado, pelo que se sabia, que com aquela proposta o município ficaria com uma estrutura com 8 órgãos de assessoria à presidência, 7 divisões e 20 serviços de sector, num total de 44.-----

Considerávamos, na altura, que era uma estrutura pesadíssima e claramente ineficiente.-----

A proposta foi no entanto aprovada e, em dezembro de 2011, o senhor presidente levou à reunião do executivo municipal uma proposta de reorganização de serviços que mereceu dos vereadores do partido socialista diversas observações, com destaque para o facto de já ser conhecido o conteúdo do então chamado documento verde, que impediria, se fosse para a frente, a existência de um número tão elevado de chefias, como as que eram propostas: 6 divisões, 9 serviços, e 2 núcleos, num total de 17 cargos de chefia. -----

Consideravam os vereadores do PS que, seria mais avisado aguardar algum tempo para que a estrutura aprovada estivesse de acordo com a legislação a publicar, argumentos que não foram ouvidos.-----

E agora o município do Sabugal tem uma estrutura orgânica aprovada há menos de um ano e ainda não totalmente implementada, sendo obrigada a rever este documento, num processo que claramente causa perturbações no próprio funcionamento dos serviços municipais que, em menos de um ano, vêm alterada por duas vezes a sua organização.-----

São as urgências e as propriedades de um presidente que tenta esconder a sua incapacidade de gerir o município com uma actividade frenética, sem rumo e sem estratégia?-----

Mas a proposta agora apresentada é igualmente um ato pouco pensado e nada justificado.-----

E fazemos nossas as palavras dos vereadores do partido socialista. Na verdade e face à estrutura que o senhor presidente fez aprovar em dezembro de 2011 e que naturalmente concretizava a proposta apresentada em 2010, quais são as divisões e núcleos que permanecem e os que vão ser extintos?-----

Na verdade há 9 meses, o senhor presidente apresentava uma estrutura organizada que, era aquela que lhe permitia gerir com eficácia e com eficiência o município.-----

E agora qual é a estrutura alternativa?-----

Por outro lado, o senhor presidente, sem qualquer justificação pretende criar mais um cargo de chefe de divisão, o que a lei lhe permite, e até poderia ser necessário mas que, em nosso entender, só poderia ser analisado face a uma proposta concreta de organização dos serviços municipais que prove a sua necessidade.-----

Por tudo isto, não pode o grupo político do partido socialista ter outra opção que não o voto contra?-----

PONTO 4 : COMPROMISSOS PLURIANUAIS

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara, que disse “ de conformidade com o disposto no nº 6 do artº 22º do Dec. Lei nº 197/99 de 8 de Junho e na alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, e porque os valores em causa ultrapassam 100.000,00, (valor abaixo do qual a assembleia em sessão de 27/04/2012 autorizou genericamente) é necessário autorização da Assembleia Municipal para a repartição de encargos bem como para a assunção de compromissos plurianuais. Assim, para:-----

- **Componente de Apoio à Família** (refeições e prolongamento de horário), temos: para 2012 um valor de 70.663,82€ e para 2013: 133.911,85€.

- **Protocolo/Contrato de Serviço Público**, com a Viúva Monteiro & Irmão, Lda (transportes públicos de transporte escolar) temos:

2012		2013		2014		2015	
Custo Social	P.Escolares	Custo Social	P.Escolares	Custo Social	P.Escolares	Custo Social	P.Escolares
188.243,73	53.062,41	752.974,82	159.187,21	752.974,82	159.187,21	564.731,09	106.124,80

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Stº António tomou a palavra para dizer que de um ano para o outros os valores quase duplicavam, o que não entendia. -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse: “ não é assim. O custo social total o ano passado, para as duas operadores, estava em 822.000,00€ e o custo de 196.000,00 de passes escolares. Estamos a falar para as duas operadores em cerca de um milhão de euros, muito semelhante ao do ano anterior.-----

Retomando a palavra o **Presidente da Junta** disse: “relativamente a transportes das escolas, gostava de saber se o principio aplicado para a prestação de serviços/quilómetros/ beneficio para as empresas também se applicava a estas grandes empresas. Acho que isso tem muita importância porque havia empresas de outro ramos que faziam esses serviços. Para essas empresas pequeninas, que não importam para nada, havia um constrangimento de preços. O prego tinha que ser reduzido ao máximo dos máximos. A minha questão é posta relativamente aos taxista que foram tirar formações, gastaram dinheiro ... -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que esta rede é uma rede de operadoras que têm carreiras de transporte público no Concelho. Mas isto não chega. Vamos ter cerca de 20/25 carreiras de táxi que são circuitos onde não é fácil passar um autocarro e também não justifica ir buscar uma criança a determinado sítio. Estamos com uma cobertura completa de rede de transporte público/escolar gratuito Esta rede inclui o transporte de e para todas as aldeias. As aldeias mais recônditas do concelho têm autocarro, até nas férias grandes, de natal e páscoa, que não teriam se não houvesse a compensação que o Regulamento 1370/2007, permite. Os taxista têm uma tabela valor base/km, quer para carro de 5 lugares, quer para carro de 7 lugares, e é por valores que prestam o serviço” -

Nuno Teixeira tomou a palavra para dizer que relativamente ao 1º ciclo não aparecia o prolongamento de horário, este só aparecia em relação ao ensino pré escolar, pelo que perguntou se não se aplicava ou teria sido lapso. -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que não aplicava porque actualmente, no 1º Ciclo, com as actividades de enriquecimento curricular, o horário estava coberto até às 17,30 horas. Havia protocolos pontuais com juntas de freguesia/IPSS no sentido de, se necessário, manter mais algum tempo os alunos no espaço escolar. De qualquer forma eram situações excepcionais. No concelho, havida oit escolas do 1º ciclo a funcionar, e a concentração de alunos também tinha feito com que o pessoal não docente do Ministério da Educação pudesse ser deslocado de umas escolas para outras. No pré escolar existia, desde 1996, um acordo relativo a refeições e prolongamento de horário, em que eram transferidos 30€/mês/aluno prolongamento de horário e 30€/mês/aluno para refeição.-----

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o assunto a votação que foi **aprovado**, por unanimidade, tendo o Presidente da Assembleia dito que queria fazer uma **declaração de voto**, não na qualidade de presidente, mas como membro da assembleia. Assim disse: “ *O grupo político do Partido Socialista votou a favor do compromisso plurianual que viabiliza a assinatura dos protocolos com a empresa Viúva Monteiro & Irmão, Lda, porque:*-----

- 1. É do interesse do município e das populações que existam transportes colectivos;*
- 2. A este interesse geral associa-se a necessidade de garantir o transporte de crianças e jovens de e para os estabelecimentos educativos;*
- 3. O número de passageiros que utiliza os transportes não é rentável do ponto de vista das empresas transportadoras, o que em última análise conduziria à sua supressão;*
- 4. No que diz respeito à empresa Viúva Monteiro & Irmão, Lda a sua sobrevivência é do interesse do Concelho do Sabugal, não só pelo serviço público que presta, nas carreiras intramunicipais mas também pela importância que assumem as ligações com Lisboa, Coimbra e Guarda, a que se associa a manutenção de dezenas de postos de trabalho directos e indirectos.*

Neste entendimento justifica-se plenamente a participação financeira do município, razão pelo qual votamos a favor desta proposta. No entanto e como os vereadores do partido socialista já o afirmaram em reunião de câmara, consideramos que a bem da verdade de transparência da gestão municipal, em situações de renovação destes protocolos, o município deveria justificar, sem quaisquer dúvidas, o cálculo da compensação pelo serviço público a pagar pelo município, o qual deveria corresponder ao resultado da seguinte regra: Compensação a dar pelo município igual a receita mínima de viabilidade, menos a receita efetivamente obtida pelo operador”-----

AUTORIZAÇÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO

Sendo meia noite o **Presidente da Assembleia** pediu autorização para a sessão continuar. Não tendo havido qualquer objeção a mesma continuou.....

PONTO 4 : DISTINÇÕES HONORÍFICAS

O **Presidente da Assembleia** fez uma breve explicação de como se processaria a votação, uma vez que, estando em causa juízo de valor sobre as pessoas e o regulamento o exigir a votação teria de ser por escrutínio secreto.....

De seguida perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:.....

Joaquim Carreto tomou a palavra para dizer: “ *Penso que talvez se tenha perdido uma boa oportunidade para a atribuição de uma distinção honorífica de mérito desportivo à instituição Sporting Clube de Sabugal, que existe desde 1939, e que durante muito tempo foi o único local, onde os jovens, as crianças e até adultos praticaram desporto, aproveitando-se a ocasião de atribuírem a medalha de mérito à Carla Vaz, que começou no Sporting Club do Sabugal. Seria pois uma excelente ocasião para terem atribuído também uma medalha de mérito ao Sporting Clube do Sabugal, porque desde campeão distrital de iniciados, participar em campeonatos nacionais de iniciados, juniores, campeão distrital da 2ª divisão, campeão distrital da 1ª divisão etc.*”

Presidente da Junta de Freguesia de Valongo, tomou a palavra para manifestar o seu descontentamento por não ser também atribuída uma medalha à empresa que mais longe tem levado e continua a levar o nome do Sabugal - Viúva Monteiro & Irmão, Ldª, que é também a empresa mais antiga do Sabugal.....

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que a questão do Sporting Clube do Sabugal tinha sido equacionada. No entanto havendo um galardão para uma atleta, que no fundo era uma atleta do Sporting Club do Sabugal, entendeu-se galardoar a atleta. Que o ano anterior tinham sido galardoadas as duas Corporações dos Bombeiros – Sabugal e Soito e a Banda da Bendada e este tinha sido decidido galardoar os dois grupos etnográficos- Sabugal e Sortelha, o grupo de teatro – Guardiões da Lua e introduzir a questão empresarial, pelo momento que vivia e pela necessidade.....

Tinham sido apresentadas nove empresas do concelho, cujos processos foram analisados, mas só era possível atribuir 3 galardões, pelo que tinha havido necessidade de definir critérios, e os critérios definidos e aprovados tinham sido, por ordem decrescente, os seguintes: 1º O número de funcionários. 2º Volume de negócios. 3º Promoção do Concelho. Considerando os critérios, a empresa Viúva

Monteiro & Irmão, Ldª não tinha sido classificada dentro dos três primeiros lugares, motivo que a levou a não ser considerada.

“Não queiramos entregar todas as medalhas e distinções no mesmo ano. A distinção a estas empresas é o reconhecimento de um trabalho e de um histórico, mas também motivação para que outras continuem na promoção e desenvolvimento do concelho. Podíamos não ter dito nada relativamente ao mundo empresarial, mas quisemos (eu e grupo que me acompanha) dar um sinal de que é mais importante ter muitos empresários do que muitos políticos. São mais importantes os empresários do que os políticos e se calhar o país só muda quando essa imagem se inverter. A cultura, o desporto, a etnográfica são importantes para a afirmação dum povo, mas são os empresários que fixam pessoas, criam emprego e criam riqueza”.....

Amadeu Paula das Neves, tomou a palavra para dizer: “ como sou dumma geração diferente destas pessoas com 15 e 25 anos, isto espanta-me. Não sei quem é o responsável por estas atribuições assim como também não sei se é obrigatório se não. Na minha empresa se não tiver dedicação e prestar bons serviços, sou despedido. Acho que não é nenhum favor estar a fazer tudo em prol da empresa onde trabalham. Não conheço nenhum dos funcionários que vai ser medalhado, muito pelo contrário. Sempre fui muito bem recebido na Câmara Era só para manifestar o meu desacordo por esta atribuição, porque acho que é uma obrigação que os funcionários têm e não têm que receber prémio por isso”.....

Feita a votação, nos termos do Regulamento e do disposto no n.º 3 do art.º 90.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, **escrutínio secreto** obtiveram-se os seguintes resultados:.....

- **Aprovar**, por maioria, a atribuição da **Medalha de Ouro** a: *Jesué Pinharanda Gomes*, com 62 votos a favor, 2 votos contra, 1 abstenção, 1 voto nulo e 3 votos brancos.
 - **Aprovar**, por maioria, a atribuição da **Medalha de Mérito Desportivo** a:
 - *Carla Gonçalves Vaz*, com 61 votos a favor, 3 votos contra, 1 abstenção, 1 voto nulo e 3 votos brancos.
 - **Aprovar**, por maioria, a atribuição da **Medalha de Mérito Cultural** a:
 - *Grupo Etnográfico do Sabugal*,
 - *Associação Etnográfica de Sortelha*
 - *Grupo de Teatro Guardões da Lusa*
- com 61 votos a favor, 3 votos contra, 1 abstenção, 1 voto nulo e 3 votos brancos

- Aprovar, por maioria a atribuição da **Medalha de Mérito Empreendedor** a:
 - **Lactibar – Lactínios do Sabugal, SA**, com 62 votos a favor, 2 votos contra, 1 abstenção, 1 voto nulo e 3 votos em branco
 - **Univest Confeções**, com 58 votos a favor, 2 votos contra, 5 abstenção, 1 voto nulo e 3 votos em branco
 - **Palagessos – Industria e Comércio de Paletes e Gessos, Lda**, com 62 votos a favor, 2 votos contra, 1 abstenção, 1 voto nulo e 3 votos em branco

Relativamente à **Medalha de Mérito de Bons Serviços e Dedicção ao Município** a:

- *10 Funcionários que atingiram os 25 anos de serviço*
- *5 Funcionários que atingiram os 15 anos de serviço*

a Assembleia apenas tomou conhecimento, por não carecer da sua autorização.-----

PONTO 6: REGULAMENTO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara, que disse que o documento tinha sido distribuído, tinha estado em discussão pública e, na medida em que eram pertinentes e dentro da legalidade, tinham sido acolhidas as sugestões propostas, pelo que se pretendia a sua aprovação.-----

Retomando a palavra o Presidente da Assembleia perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Não havendo intervenções pôs o assunto à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade.-----

PONTO 7- TAXA DE DIREITO DE PASSAGEM

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara, que disse tratar-se de uma taxa municipal de direitos de passagem sobre a facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes de serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para clientes finais na área do município, no montante máximo de 0,25%. Como os operadores, posteriormente a fariam reflectir no consumidor final a Câmara tem vindo a deliberar que a taxa seja de 0%.-----

Retomando a palavra o Presidente da Assembleia perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Não havendo intervenções pôs o assunto à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade.-----

PONTO 8 – TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse a Câmara, relativamente às Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis a que refere a alínea b) e c) do n.º 1 do art. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), tinha deliberado, por unanimidade, para o ano 2013, **manter** as taxas no valor mínimo: Prédios Urbanos – 0,5% e Prédios Urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0,3% (Intervalos de Percentagem previstos: Prédios Urbanos – 0,5% a 0,8% e Prédios Urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0,3% a 0,5 %). Aproveitou a oportunidade para dar ênfase ao facto do Município do Sabugal não ir ao PAEL- Plano de Apoio às Economias Locais. Que este plano, mais não era do que um fundo de resgate, de 1.000 milhões de euros, que permitiria que câmaras com dívidas a curto prazo, que não as conseguem pagar a 90 dias, pudessem ir buscar dinheiro. Tinha consciência de que a maioria dos municípios lá ia. Das 308 câmaras do país apenas cerca de 90, não iriam, e a do Sabugal era uma delas. E, isso, dava alguma autonomia e flexibilidade ao executivo para poder fazer o que se estava a fazer hoje. É que, indo ao PAEL, era obrigatório aprovar as taxas: de passagem a 0,25%, dos prédios urbanos a 0,8%, dos prédios avaliados a 0,5%, os serviços de água transporte pelo seu custo, não podendo haver compensações, ou seja, para esses municípios haverá uma série de restrições. -----

Não tendo o município do Sabugal ido ao PAEL havia a possibilidade de se tomar decisões sobre estas matérias. Havia, no entanto, a seguinte situação: “ *eu nunca vos escondi que neste momento, temos uma dívida, não assumida, perante as Águas de Zêzere e Cda que ronda os 2 milhões de euros. Temo-la inscrita em plano e orçamento, como provisões*”. No futuro veremos as decisões a tomar.-----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Não havendo intervenções pôs o assunto à votação, tendo sido **aprovado**, por unanimidade.-----

PONTO 9 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEIS NO IRS

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse que a Câmara em reunião de 18/09/2012, tinha deliberado, por unanimidade, e de conformidade, com o disposto no nº 2 do art. 20º da Lei das Finanças Locais, **prescindir** da participação no IRS (até 5% que correspondia a uma receita de cerca de 175.000,00) para o ano de 2013, com o objetivo de contribuir para a dinamização da economia local.-----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. Não havendo intervenções pôs o assunto à votação que foi **aprovado**, por unanimidade, tendo

Roberto Silva feito a seguinte declaração de voto: “ votei favoravelmente esta medida, porque ao fim de vários anos a votar contra a renção proposta pela câmara, congratulo-me por, finalmente, essa taxa ser de 0%.”

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Stº António tomou a palavra para dizer: “a minha declaração de voto vai no mesmo sentido da do Roberto. Fico contentíssimo porque o IRS tinha algumas lacunas, não é tão justo como outros impostos e é benéfico que no Sabugal se tome esta medida”.

PONTO 10 – ACTIVIDADE MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia**, tomou a palavra para dizer que se iria passar à discussão deste ponto, tendo dado a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que a informação, por escrito, tinha sido distribuída a todos os membros da assembleia, pelo que se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição. Acrescentou que gostaria de convidar os presentes a participarem nos eventos programados para o próximo trimestre, tendo elencado alguns.

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. Não havendo inscrições passou-se ao assunto seguinte:

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- Chegado a este ponto o **Presidente da Assembleia** perguntou se de entre os munícipes presentes algum pretendia intervir. Assim, na sequência de inscrição foi dada a palavra a:

José Teles que, depois de cumprimentar os presentes, disse:

1. “ Devo ser dos cidadãos do Sabugal que mais tem escrito ao Presidente da Câmara ou à Câmara, não só no seu mandato, como anteriormente, mandei propostas, recomendações, sugestões, críticas, etc., etc., têm um dossier elevadíssimo nesse sentido. Não obstante os resultados das minhas intervenções é zero.

2. Há dias, no jornal Cinco Quinas, li uma afirmação do senhor Nuno Teixeira. Senhor Presidente trata-se de uma coisa completamente insólita, porque numa declaração sobre a Empresa Municipal, refere que desde 2002 a 2007, não há dados financeiros rigorosamente nenhuns. Isto para mim é muito estranho. Durante quatro anos não há registos financeiros nenhuns ? Isto é muito grave, pelo menos aparentemente. Não sei se haverá alguma explicação! Salvo melhor opinião, requer um auto de averiguações. E se porventura os resultados não satisfizerem, temos de

- ir para a Policia Judiciária, o que é muito desagradável. Meus caros amigos, a democracia é assim. Eu não estou a fazer processo de intenção nem a dizer que as pessoas que estiveram cá eram desonestas mas, há aqui um fator de negligência, que é preciso corrigir. Senhor Presidente vou-lhe dar um mês ou três semanas para fazer um inquérito. No meu direito de cidadão, preciso de saber o que se passou. Repito, não estou a fazer nenhum processo de intenção.-----
3. **Praia Fluvial.** Acabou a época fluvial, As crianças já lá não estão, não obstante estava lá um parque, com os paus levantados e com uma coisa circular... não sei senhor Presidente o que é que se passa ali! Não há ninguém na praia, está tudo vazio... não sei.-----
4. Há três anos ruí uma casa na Rua Cândido dos Reis. Visitou-se o local, mas a solução nunca apareceu. Há cerca de 15 dias, aparece a casa toda construída sem parede! Uma casa antiga muito modesta, é agora chamada um palheiro porque não tem janela. O Sr. Presidente é capaz de me esclarecer o que é que se passou?-----
5. Há dias fui visitar o Cró. Gostei. Fiquei a saber que o Cró já estava concessionado. Pergunto:
- por quanto tempo é a concessão.
 - e qual o valor de retorno que a Natura dá à Câmara.
 - porque é que o contrato não foi distribuído aos senhores deputados, dado que é um assunto de interesse geral. Seria normal que fizesse umas fotocópias a serem entregues aos deputados.
 - Quem fez o clausulado?-----
6. Uma coisa que me preocupa, é a questão das pequenas localidades. Que benefícios tiveram eles até agora. São 20/30 casas como é o caso da Abitueira, etc.;-----
7. Fontanário do Largo da Fonte. Aquilo está um caos;-----
8. Apoio Escolar. Sabe que há dezenas de crianças que tiveram muita dificuldade em comprar livros. Que política teve a câmara em relação às crianças carenciadas que não tiveram dinheiro para comprar livros?-----
9. Finalmente, eu sempre discordei, aliás não sou só eu, pessoas muito mais competentes, mais conhecedoras da vida local, ou das autarquias. Eu nunca vi com bons olhos o sistema atual da administração local, isto está escrito em toda a parte.-----
10. Independentemente das Grandes Opções do Plano que, às vezes, não dizem nada, são uma aldrabice completa, sugeria-lhe que fizesse o seguinte: O senhor fazia um programa de desenvolvimento do concelho. Um programa autónomo que nada tivesse a ver com as Grandes Opções do Plano e esse programa seria discutido aqui ponto a ponto.-----

11. O senhor na última reunião disse-me, com grande lamento, que não tinha conseguido a solução para o problema do parque automóvel do Sabugal. Disse-me que tinha tido dificuldade em contactar as famílias, proprietárias do quintal localizado na Av. das Tílias, porque estavam em Lisboa. O senhor tem os meios legais para isso. Há uma figura no direito que se chama usucapião. O senhor pode perfeitamente consultar a Procuradoria Geral da República para resolver o problema, porque pode tomar aquilo por ocupação administrativa.”-----

Em resposta o **Presidente da Câmara**, relativamente à questão das casas em ruínas, disse:” em coordenação com a Junta de Freguesia, adotámos o sistema de, quando encontrássemos habitações altamente degradadas, o primeiro trabalho é identificar e notificar os proprietários para fazerem uma intervenção de consolidação de forma a evitar problemas de segurança e de salubridade. E, o facto é que, embora haja a colaboração de muitos, tanto neste aspecto como no aspecto de limpeza das manchas florestais à volta das habitações, há uma grande parte que não liga ao processo. A Câmara não tem meios financeiros para dar o passo seguinte, que é o de se substituir ao proprietário, esperando que os proprietários tenham o bom senso suficiente para colaborar com o Município.-----

Em relação às Termas do Cró.

- a elaboração das peças do concurso de concessão foi feita pelos os técnicos da Câmara, sendo que, eventualmente, quando não haja disponibilidade técnica em todas as matérias, pode sempre solicitar apoio externo.
- foi concessionado por 20 anos, com a opção de mais 10.
- uma renda anual de 18.000,00€. Para além disso o concessionário tem a obrigação de construir um hotel de pelo menos 60 camas e 30 quartos. O projeto está aprovado. Está na fase de estudo de impacto ambiental, porque qualquer hotel com mais de 20 camas, dele necessita.-----

Quanto aos **alunos carenciados** direi que, muitas vezes, nos deleitamos, promovendo concelhos à volta, porque fazem isto, fazem aquilo, e quando não se escreve do Sabugal, até se pensa que o Sabugal não faz nada. A Câmara Municipal do Sabugal fornece refeições em que os alunos do escalão 1 - não pagam nada, os do escalão 2 - pagam 50%, os outros pagam 1,46€.-----

Livros e material escolar, conforme o grau de ensino assim recebem. Temos uma listagem anual, que aprovamos para livros e para material escolar, em que os alunos do escalão 1 – não pagam nada. Têm os livros pagos.-----

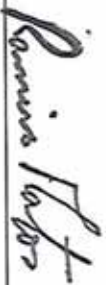
Transporte. Como já disse, o transporte é gratuito para todos os níveis de ensino.-----

Prolongamentos de hortário, dependendo da carência social. -----

Outros apoios para atividades escolares, nomeadamente piscinas municipais. por aí a fora, ou seja vocês têm que se orgulhar que estamos ao nível dos outros, do que os outros fazem melhor.-----

Não havendo mais assuntos a tratar o **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a sessão** era uma hora do dia vinte e nove, da qual foi lavrada a presente ata que foi aprovada em minuta, para resolução imediata das deliberações tomadas, conforme disposto no n.º 3 do art. 92º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro e que vai ser assinada, nos termos da legislação em vigor. -----

O Presidente da Assembleia, _____



Ramiro Manuel Lopes de Matos

A Técnica Superior, _____



M.ª Teresa Marques